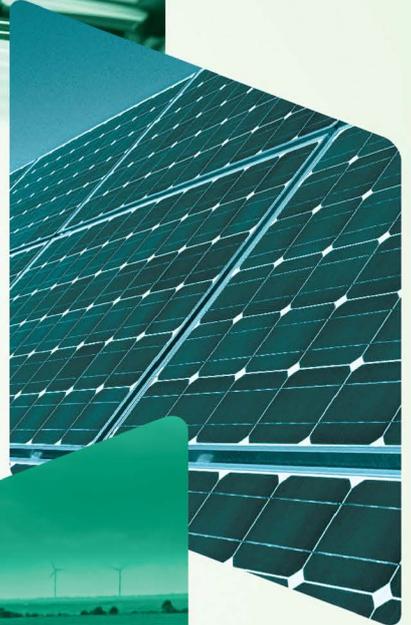


# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1º SEMESTRE DE 2023



## MENSAGEM DA DIRETORIA

A Diretoria do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, em cumprimento às determinações legais e regimentais, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2023.

O BRDE é uma instituição financeira pública pertencente aos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, operando na Região Sul do Brasil desde 1961, com a missão de promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social, apoiando as iniciativas governamentais e privadas, através do planejamento e do apoio técnico, institucional e creditício de longo prazo. O Banco atua também no Mato Grosso do Sul, por esse ser um estado limítrofe da Região e integrar o Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL).

Nesse primeiro semestre de 2023, a conjuntura internacional não apresentou mudanças significativas daquela que encerrou o ano anterior. A continuação da Guerra na Ucrânia e os ainda elevados patamares das taxas de juros internacionais influenciam negativamente o crescimento econômico mundial. Pelo lado positivo, verificamos nos últimos meses a desaceleração da inflação nas principais economias mundiais.

No Brasil, a intensidade da elevação do PIB nos primeiros meses do ano surpreendeu, ainda que muito influenciado pelo sucesso na produção agrícola. Concomitantemente, outras atividades como indústria de transformação, comércio e serviços apresentaram enfraquecimento, influenciado pelos efeitos do elevado nível das taxas de juros e da restrição do crédito. No que tange a inflação, vemos o seu declínio a um patamar mais razoável, ampliando a expectativa de uma redução da taxa de juros para 12% ao ano no final do exercício.

Na Região Sul, mais precisamente no Rio Grande do Sul, a estiagem se fez presente pelo terceiro ano seguido, impactando negativamente as culturas de soja e milho. Dessa vez, os demais estados sulistas, Paraná e Santa Catarina, não foram afetados. Em paralelo, verificou-se o ritmo de crescimento moderado nos três estados da Região pelo Índice de Atividade Econômica do Banco Central, sendo maior que o indicado para o Brasil.

Para atenuar a desaceleração do crédito no mercado financeiro, além das fontes de recursos já utilizadas, o BRDE iniciou a operacionalização de novos recursos captados junto a três instituições multilaterais: 150 milhões de dólares do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 134,6 milhões de euros do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e 89,6 milhões de euros do Banco Mundial (BIRD). Essas captações proporcionarão um incremento de aproximadamente R\$ 1,9 bilhão em crédito para investimentos na Região de atuação do BRDE.

Pelo lado da aplicação dos recursos, o BRDE possui como sua estratégia o financiamento aos investimentos do agronegócio, da sustentabilidade, principalmente a geração de energia renovável, dos projetos inovadores, das micro e pequenas empresas e dos municípios.

Pela característica da Região na produção de alimentos, o BRDE apoia fortemente os produtores rurais, sobremaneira aqueles ligados à agricultura familiar, as cooperativas agroindustriais e as demais empresas do agronegócio. Nesse semestre, aproximadamente R\$ 835,8 milhões foram destinados a essas atividades.

Destacam-se também os investimentos em energia renovável, segmento estratégico ao BRDE, pela segurança energética e pelo menor impacto ao meio ambiente. Foram R\$ 418,4 milhões a esse tipo de projeto no primeiro semestre de 2023. Já o amplo apoio à inovação pode ser verificado pelos R\$ 315,1 milhões em financiamentos contratados para projetos inovadores.

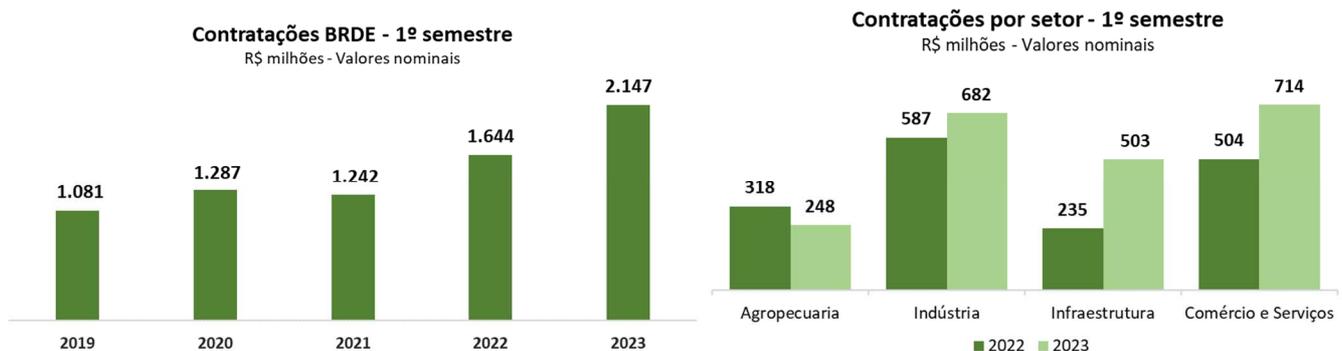
Somando esses créditos fornecidos com aqueles destinados aos municípios, micro e pequenos empreendedores e demais atividades, o BRDE fechou o semestre com R\$ 2,1 bilhões de financiamentos contratados. Desse montante, 79,1% são aderentes a pelo menos um Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Com essa performance, a carteira de crédito do BRDE segue apresentando consistente aumento, atingindo a nova marca de R\$ 16,6 bilhões nesse primeiro semestre de 2023. Pelo lado financeiro, o Banco apresentou um lucro de R\$ 240,6 milhões, refletindo o aumento das rendas provenientes da concessão de crédito e das aplicações financeiras, aliado a baixa inadimplência.

### Desempenho Operacional

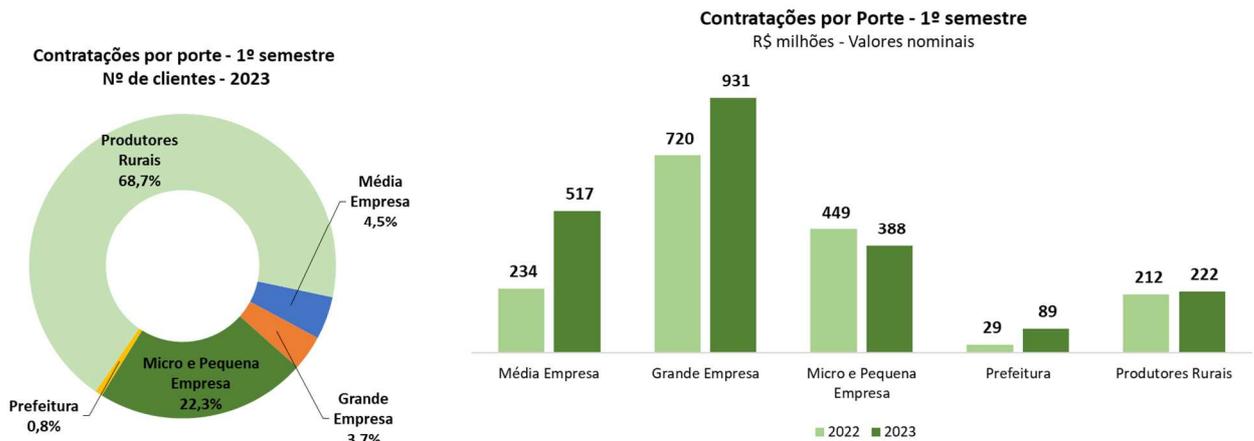
Os financiamentos contratados pelo BRDE no primeiro semestre de 2023 atingiram R\$ 2,1 bilhões, sendo 30,5% superior ao verificado no mesmo período do ano anterior, em termos nominais, repercutindo em novo recorde.

Com a exceção do setor agropecuário, todos os demais setores de atividade apresentaram maior volume de financiamento em comparação ao mesmo semestre do ano anterior. Destaque para o aumento de 114,2% para infraestrutura e 41,6% para o comércio e serviços. No setor industrial, que contempla também as operações com as agroindústrias, houve crescimento de 16,1% em relação ao primeiro semestre de 2022.



Pelo encerramento do Programa Juros Zero RS, com milhares de operações realizadas pelo Banco em 2022, o número de financiamentos e o montante financiado para micro e pequenas empresas diminuíram nesse semestre. Já o número de operações com produtores rurais aumentou 34,6% ao passo que o volume contratado cresceu 4,9%.

Em paralelo, destacamos a elevação dos financiamentos com prefeituras, que somaram R\$ 88,7 milhões, principalmente para projetos que contemplaram a troca por lâmpadas mais eficientes na iluminação pública e a pavimentação de vias.



Entre as fontes de recursos utilizadas pelo BRDE nas operações de crédito, o Sistema BNDES participou com 41,7% do total contratado no 1º semestre de 2023. Nesse semestre, o BRDE intensificou a utilização de recursos dos *fundings* externos nos financiamentos concedidos.

As contratações viabilizadas pelas captações com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), o Banco Europeu de Investimentos (BEI), o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) corresponderam a R\$ 501,1 milhões, mais de 6 vezes o volume utilizado no mesmo semestre de 2022, que foi de R\$ 82 milhões. Esse desempenho implicou na participação de 23,4% das fontes externas em todas as operações de crédito realizadas pelo BRDE nos seis primeiros meses de 2023.

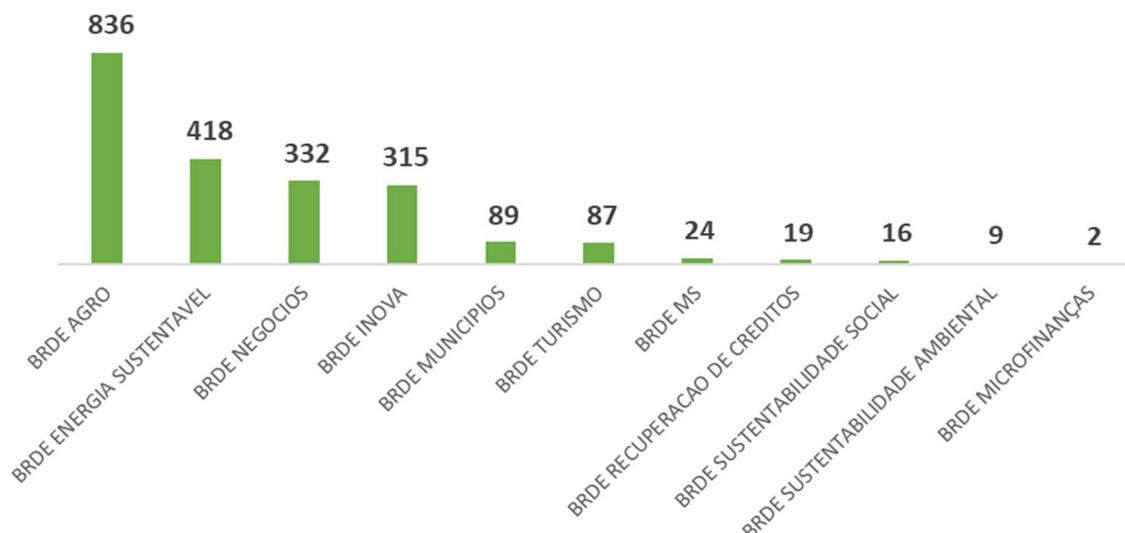
Os financiamentos para inovação seguiram a forte demanda apresentada após o período de pandemia. Nesse exercício, as contratações do BRDE para projetos de inovação, por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), corresponderam a R\$ 311,4 milhões, um aumento de 391,2% em relação ao mesmo semestre de 2022. Esse montante financiado representou 14,5% de todas as contratações realizadas pelo Banco no semestre. Com isso, o BRDE mantém sua posição de maior repassador de recursos da Finep em âmbito nacional.

O BRDE também contou com recursos específicos para o turismo, do Fundo Geral de Turismo – Fungetur, que totalizaram 4,9% de todas as operações de crédito, do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) para apoio as empresas e produtores rurais sediados no Mato Grosso do Sul, que representaram 1,0%, da Caixa Econômica Federal, que participaram com 0,9%, e do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé, com 0,9% das contratações totais do Banco no semestre.

Entre os instrumentos de divulgação e gestão do BRDE, estão os seus Macroprogramas, onde os financiamentos são classificados conforme a temática do projeto de investimento. Os valores financiados em cada Macroprograma são apresentados a seguir:

### Contratações BRDE por Macroprogramas - 1º semestre de 2023

R\$ milhão - Valores nominais



A maior aplicação de recursos do BRDE no agronegócio, cerca de 39,0% do total contratado, é aderente às potencialidades da Região que integra o CODESUL. Por esses dados, podemos verificar todas as operações de crédito ligadas ao agro, contemplando desde pequenos produtores rurais até grandes cooperativas agroindustriais. Nesse tema, importante salientar o apoio financeiro através do Plano Safra 2022-2023, encerrado em junho, no montante de R\$ 1,6 bilhão em investimentos no setor, tais como aquisição de máquinas e equipamentos, armazenagem, ampliação e modernização da produção, fortalecimento dos sistemas de produção ambientalmente sustentáveis, recuperação de pastagens, irrigação e práticas agropecuárias mais sustentáveis. Entre esses financiamentos realizados do Plano Safra estão aqueles no âmbito dos Programas Banco do Agricultor e Trator, Implementos e Equipamentos Solidários para a Agricultura Familiar, pelos quais o Governo do Paraná proporciona melhores condições aos empreendedores rurais.

### Destaques Financeiros

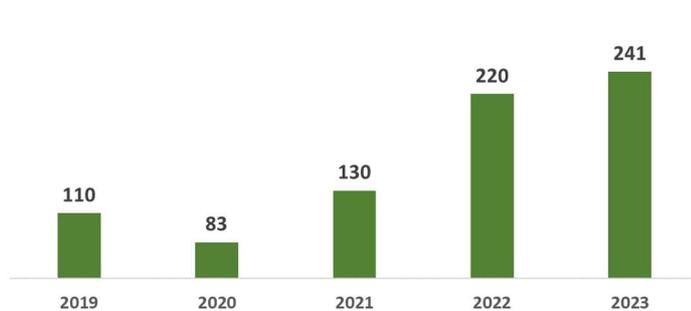
O BRDE obteve novamente o maior resultado da história considerando os primeiros seis meses do ano, com o montante de R\$ 240,6 milhões de Lucro Líquido, correspondendo a um crescimento de 9,4% em relação ao mesmo exercício do ano anterior, em termos nominais. Essa performance foi alcançada, principalmente, pelo aumento das rendas de operações de crédito (25,4%) e de aplicações financeiras (14,0%), em paralelo à apuração de resultado positivo na rubrica contábil de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

O Ativo total atingiu R\$ 19,8 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 11,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. O Patrimônio Líquido obteve um acréscimo de 11,8%, atingindo R\$ 4,0 bilhões, seguindo a trajetória de crescimento a cada exercício, o que proporciona maior alavancagem e capacidade financeira para o Banco financiar o desenvolvimento da sua região de atuação.

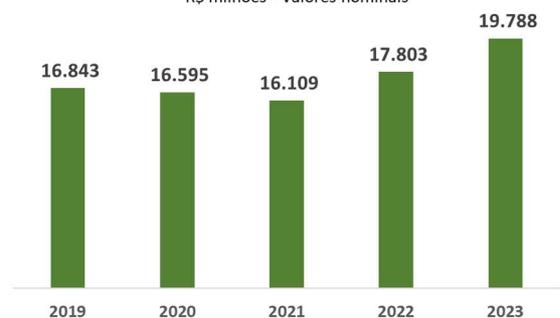
A carteira de operações de crédito do BRDE alcançou R\$ 16,6 bilhões em junho de 2023, um aumento de 12,7% em comparação ao 1º semestre de 2022. A carteira é composta por 36,6 mil clientes ativos, cujos empreendimentos financiados estavam localizados em 1.213 municípios, sendo 1.140 da Região Sul. Ressalta-se que os financiamentos do BRDE estão presentes em 95,8% dos municípios da Região Sul.

O índice de inadimplência, a partir de 90 dias, manteve sua estabilidade em baixo patamar, alcançando 0,32% em junho. Nesse exercício, o BRDE fechou com o Índice de Basileia de 20,5 mantendo níveis adequados de capitalização.

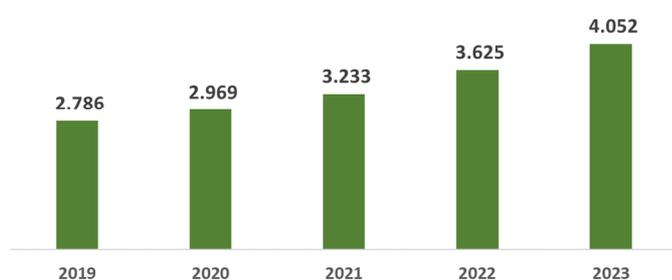
**Resultado Líquido BRDE - 1º semestre**  
R\$ milhões - Valores nominais



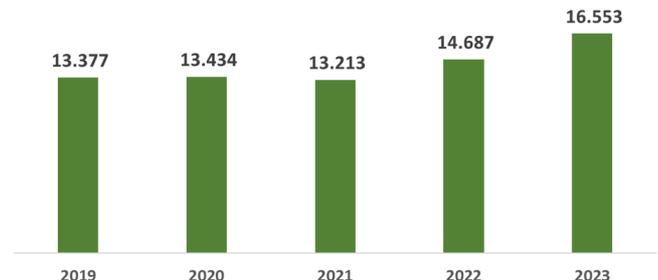
**Ativo Total BRDE - 1º semestre**  
R\$ milhões - Valores nominais



**Patrimônio Líquido BRDE - 1º semestre**  
R\$ milhões - Valores nominais



**Operações de Crédito BRDE 1º semestre**  
R\$ milhões - Valores nominais



## Rating

Anualmente, o BRDE é submetido à avaliação de risco de agências de rating conceituadas do mercado financeiro internacional. Nesse exercício, não houve nova avaliação das agências.

Logo, o BRDE segue com os IDRs (*Issuer Default Ratings* – Ratings de Inadimplência do Emissor) de Longo Prazo em Moedas Estrangeira e Local afirmados “BB-” com a Perspectiva Estável, em linha com os estados controladores do Banco. Assim, o rating do BRDE atribuído pela Fitch Ratings permanece no mesmo patamar do risco de crédito soberano atribuído ao Brasil.

Pela Moody’s Investors Service, conforme publicação de outubro de 2022, o rating global do BRDE é de “ba3” com Perspectiva Estável. Segundo a agência, o *rating* do BRDE reflete o papel estratégico do Banco na promoção do desenvolvimento dos Estados da Região Sul do Brasil, sua posição como um dos maiores repassadores de recursos do BNDES para o setor agrícola e

seu sólido nível de capitalização. Já a Moody's Local atribuiu o rating de emissor em escala nacional "A.br" com Perspectiva Estável ao BRDE, em junho de 2022, ressaltando as boas métricas de qualidade dos ativos, níveis de capitalização adequados e suportados pelos seus estados controladores, além de margens de rentabilidade estáveis e adequadas. A agência de risco também considerou a perspectiva estável pela expectativa de manutenção dos fundamentos de crédito consistentes com o atual nível de rating ao longo dos próximos 12-18 meses.

### **Ampliação de recursos disponíveis com novos *fundings* internacionais**

O BRDE, nesse primeiro semestre de 2023, passou a disponibilizar novos recursos captados com três instituições multilaterais internacionais. Com o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), a operação de crédito de 134,6 milhões de euros, no âmbito do Programa de Apoio à Infraestrutura Urbana, Rural e Social para Atingimento dos ODS - Proinfra Sul, é utilizada para investimentos na infraestrutura urbana e projetos de cunho sustentável. O objetivo é privilegiar os projetos ligados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, fortalecendo o propósito da Agenda 2030.

As duas captações junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) totalizam 150 milhões de dólares. Parte do empréstimo é destinada às micro, pequenas e médias empresas, enquanto a outra linha de crédito resultante dessa captação externa financiará projetos que promovam a melhoria da qualidade de vida nos três estados da Região Sul.

Já na outra operação, junto ao Banco Mundial (BIRD), no valor de 89,6 milhões de euros, são contemplados os projetos de resiliência urbana nos municípios da Região Sul. Os recursos dessas três captações internacionais somam aproximadamente R\$ 1,9 bilhão e estão disponíveis aos empreendedores e municípios.

### **Programa BRDE de Captação de Recursos no Mercado de Capitais**

A captação de recursos pelo mercado de capitais é estratégica ao BRDE no âmbito da sua política de diversificação de recursos. Após a realização do Projeto Piloto de Emissão de Recibo de Depósito Bancário (RDB), o BRDE lançou, em junho, o Programa BRDE de Captação de Recursos no Mercado de Capitais mediante Emissão de Instrumentos Financeiros na forma de Distribuição Direta. O objetivo do Programa é promover de forma estruturada e recorrente a captação de recursos no mercado de capitais por meio da emissão de instrumentos financeiros do BRDE, a serem distribuídos de forma direta, em oferta privada, para alocação em operações de crédito.

### **Destaques Institucionais**

#### **Apoio à sustentabilidade**

O BRDE foi o primeiro banco a se tornar membro da **Coalizão LIFE de Negócios e Biodiversidade**, iniciativa formada por empresas protagonistas da transformação dos modelos de negócio, que reconhecem a biodiversidade como parte fundamental da agenda ESG Global (Governança ambiental, social e corporativa). A adesão do Banco às práticas LIFE, que traz acesso às soluções práticas e métricas desenvolvidas para desempenho em biodiversidade,

permitirão que o BRDE as incorpore aos seus modelos de negócios, avalie as operações e programas do Banco, que otimizem tomada de decisões em investimentos que efetivamente contribuam para a conservação da biodiversidade. As certificações da LIFE asseguram com sua metodologia, confiança, transparência e robustez na gestão corporativa.

Nessa visão, coloca-se em prática a estratégia do **Banco Verde BRDE**, consistindo em um grande guarda-chuva que torna visíveis as ações do BRDE na promoção do impacto social, ambiental e climático positivo na Região Sul do Brasil, incluindo o desempenho climático e ambiental interno à organização, auxiliando na captação de recursos internacionais e na multiplicação de ações positivas.

Um dos eixos do Banco Verde BRDE é a promoção de projetos socioambientais e climáticos mediante operações de crédito. No âmbito desse eixo, o BRDE aplica a sua Taxonomia de projetos/atividades sustentáveis, na qual todos financiamentos efetivados pelo Banco são analisados e classificados pela ótica dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

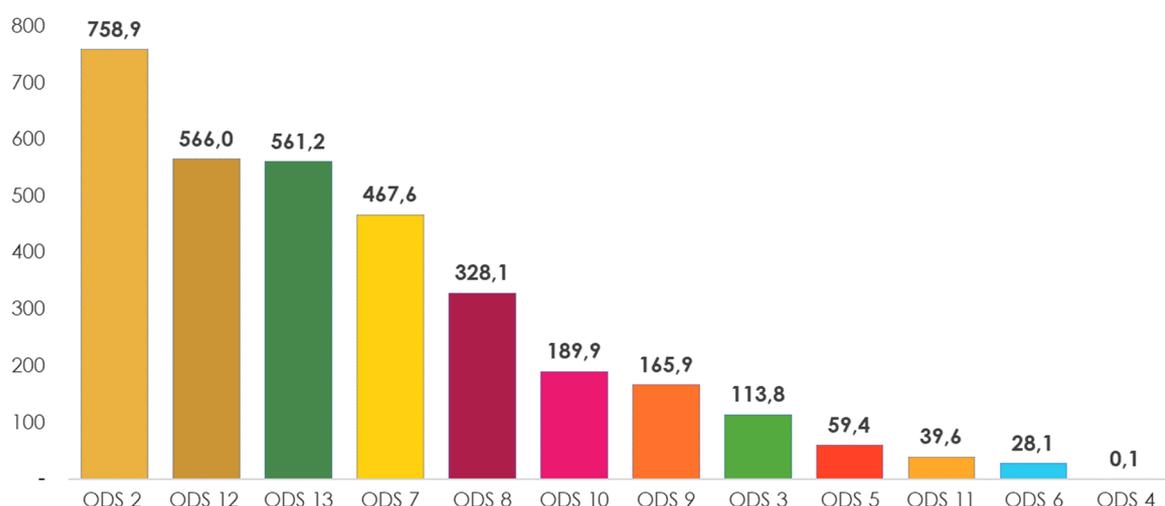
No âmbito interno, o Banco Verde BRDE também procura mitigar o impacto ambiental gerado pelas atividades operacionais do BRDE, como é o caso da instalação das placas solares no Paraná.

#### - Aderência das contratações do BRDE aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

No primeiro semestre de 2023, o BRDE realizou R\$ 2,1 bilhões em financiamentos, dos quais R\$ 1,7 bilhão, equivalente a 79,1%, com alinhamento a pelo menos um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável. De forma complementar, o BRDE apoia projetos aderentes a um, dois, três ou mais ODS ao mesmo tempo, e essa metodologia também contabiliza esse esforço total, considerando a contribuição multiplicada dos financiamentos do Banco aos ODS. Este esforço consolidado alcançou R\$ 3,3 bilhões entre janeiro e junho de 2023.

No gráfico a seguir, destacamos os ODS mais impactados positivamente pelo crédito realizado pelo BRDE:

**Alinhamento das Contratações do BRDE aos ODS - 1º semestre de 2023**



Pelas características das atividades produtivas de sua região de atuação, o ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável foi o Objetivo que contou com uma maior contribuição do BRDE. Nesse primeiro semestre, foram financiados R\$ 758,9 milhões em investimentos nas cooperativas agroindustriais, na agricultura familiar, armazenamento de grãos, projetos de integração lavoura/pecuária, sistema de irrigação, recuperação e manejo de solo, entre outras finalidades.

O amplo apoio financeiro aos projetos sustentáveis é verificado nos valores alinhados aos ODS 12 - Produção e Consumo Sustentáveis, com R\$ 566,0 milhões, e ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima, com R\$ 561,2 milhões. Muitos dos investimentos financiados enquadrados nesses dois ODS foram para a geração de energia por fontes renováveis, como fotovoltaica, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e biomassa, além de projetos de eficiência energética e uso ou reciclagem de resíduos.

A partir desse acompanhamento de todas as operações de crédito, o BRDE apresenta para a sociedade os retornos da sua atuação como instituição pública de desenvolvimento.

- BRDE integra o Projeto Alianza Mais para a conservação do Bioma Pampa

O projeto Alianza Mais tem o objetivo de oportunizar assistência técnica, incentivos e financiamento de projetos produtivos que aliem maior produtividade para a agropecuária associado à conservação da biodiversidade do Bioma Pampa. O projeto é uma iniciativa da Associação para Conservação das Aves do Brasil (SAVE Brasil), em parceria com o BRDE. Pelo Alianza Mais, são previstos investimentos de 7 milhões de euros ao longo dos próximos cinco anos em favor de produtores rurais, incluindo mulheres e jovens, comprometidos na conservação dos campos nativos do Pampa e, desta maneira, contribuir com os desafios das mudanças climáticas. O Alianza Mais obteve apoio financeiro junto ao Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial (FFEM), sendo supervisionado pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no âmbito da sua operação com o BRDE. Os recursos do FFEM serão complementares àqueles disponibilizados pelo BRDE em uma linha de crédito especial para viabilizar investimentos em modelos de produção inovadores e sustentáveis, que irão ajudar a gerar maior renda para os produtores pecuários do Bioma Pampa.

- Placas solares na Agência do Paraná

O BRDE instalou em junho um sistema de placas fotovoltaicas nos telhados da Agência do Paraná, em Curitiba, com intuito de adotar comportamentos sustentáveis por meio de ações práticas. O sistema é composto por 230 placas solares de 540 Watts que vai gerar uma média anual de 168.000 KW/h. Dessa maneira, o BRDE é um exemplo prático em iniciativas sustentáveis para os seus clientes, parceiros, outras instituições e até mesmo para outros órgãos do governo.

### **Apoio à Inovação**

O fomento à inovação é um objetivo estratégico constante para o BRDE. Para contemplar esse tema, o Programa BRDE INOVA congrega os principais instrumentos de apoio a inovação utilizados pelo Banco, dividido em três frentes de atuação: financiamentos, aporte de capital via Fundos de Investimento em Participações (FIPs) e programas de aceleração de *startups*, BRDE Labs. O Banco também atua promovendo a capacitação de jovens, como o Programa *Dev the*

*Devs*, e a interação entre os atores do ecossistema visando a inovação, como ocorreu em diversos eventos nesse semestre, com destaque para a segunda edição do South Summit Brasil.

Além do financiamento aos projetos inovadores, já mencionado, nesse semestre o BRDE se tornou cotista de mais um Fundo de Investimento em Participação (FIPs), o CRIATEC 4. Nos outros FIPs em que o Banco participa, Criatec 3, FIP Anjo e TM3 Capital VC4, foram integralizados R\$ 4,3 milhões em 2023.

#### - Programa BRDE Labs

O Programa BRDE Labs é um instrumento criado para acelerar o desenvolvimento do ambiente de inovação na Região Sul. O Programa tem como foco a aceleração de startups, de forma a alavancar recursos futuros ou parcerias que contribuam para o seu êxito operacional, oferecendo de forma gratuita capacitação e oportunidades para geração de negócios.

O programa de inovação e desenvolvimento **BRDE Labs Paraná** lançou sua quarta edição, em fevereiro, durante o Show Rural 2023, com a parceria da Aceleradora Hotmilk da PUC-PR e AMCHAM. Esse ano, o tema do programa é “Inovação verde e de equidade”, com desafios voltados para a área. Ao total, foram inscritas 185 *startups*, as quais apresentaram 356 propostas de soluções para os 31 desafios lançados por 10 empresas âncoras participantes do programa. No segundo semestre, serão selecionadas as *startups* para a imersão com as âncoras e a jornada de desenvolvimento.

A quarta edição do **BRDE Labs coordenado pela Agência do Rio Grande do Sul**, novamente em parceria com a Feevale Techpark, foi lançado em março. Nesse ano, as áreas prioritárias são agronegócio, saúde, indústria, comércio e serviços, relacionadas com as 14 empresas âncoras. Após a finalização do *warmup*, etapa classificatória em que 30 *startups* foram avaliadas por meio de um *pitch online*, 14 (mais duas suplentes) foram escolhidas para participar de *workshops*, metodologia aplicada e mentorias, além de terem a oportunidade de fazer conexões com grandes empresas para a geração de negócios. No final do ano, as empresas aceleradas serão avaliadas e as quatro primeiras receberão uma premiação em dinheiro.

O segundo **BRDE Labs Santa Catarina** obteve 201 *startups* inscritas de todas as regiões do estado. Dessas empresas, 100 *startups* serão selecionadas para participar do Programa. O BRDE Labs, em parceria com a Associação Catarinense de Tecnologia (ACATE), tem o objetivo de fortalecer empresas em fase de operação e tração. Por meio de *workshops on-line*, ferramentas e mentorias durante quatro meses, as *startups* selecionadas terão apoio na estruturação e validação das estratégias e processos internos para que consigam ter modelos de negócio e comercial viáveis e escaláveis. As *startups* que obtiverem os melhores desempenhos ao longo do Programa serão selecionadas para participar das bancas regionais. Ao final, serão premiadas as 12 *startups* mais bem avaliadas.

#### - BRDE inova no setor público ao contratar *startups* para soluções ESG

O Marco Legal das Startups (Lei Complementar nº 182/2021) possibilitou a contratação pelo Banco de quatro *startups* que participaram do BRDE Labs PR de 2022, inovando o papel da instituição pública nesse tipo de procedimento. O Programa de inovação aberta do BRDE propôs como tema o conceito de ESG (Ambiental, Social e Governança), abrangendo a avaliação e a diminuição dos impactos das operações em seus três eixos da sustentabilidade.

- Programa *Dev the Devs* forma sua segunda turma de jovens desenvolvedores

O Programa *Dev the Devs*, que oferece formação inicial para desenvolvedores, de forma gratuita, concluiu a segunda turma em março desse ano. O programa promovido pelo BRDE, em parceria com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e Parque Tecnológico da PUCRS (Tecnopuc), formou 632 alunos de escolas públicas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Durante a capacitação, os jovens tiveram acesso aos conteúdos de forma *online*, com foco em conceitos de computação e de pensamento computacional, ocasião em que tiveram contato com algumas linguagens de programação. Além disso, os estudantes participaram de encontros virtuais, oficinas sobre carreira e mercado de trabalho, e de mentorias individuais com profissionais das áreas da TI.

### **Parceiras Público-Privadas (PPP)**

O BRDE trabalha como aliado dos estados e dos municípios de sua região de atuação para viabilizar a estruturação de Parceiras Público-Privadas (PPPs). Essa atividade é um dos focos do Banco, constando no Objetivo Estratégico de Políticas Públicas, presente no Planejamento Estratégico do BRDE.

Além das sete iniciativas já elaboradas ou em andamento, nesse semestre o BRDE acrescentou mais duas frentes de ação no Rio Grande do Sul. O Banco e a Prefeitura de Sapiranga celebraram o contrato para o início dos estudos para estruturação da PPP da iluminação pública da cidade. O Banco será responsável pela coordenação da estruturação completa do projeto de concessão, o que contempla o diagnóstico da infraestrutura atual, modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica, bem como suporte no processo licitatório.

Com a Prefeitura de Santa Cruz do Sul, o BRDE efetivou o termo de cooperação técnica também para a estruturação de PPP para modernizar o sistema de iluminação pública na cidade. O objetivo em comum dessas ações é qualificar o sistema com a substituição de pontos de luz para tecnologia LED, o que representa maior segurança aos moradores e redução dos gastos com o consumo de energia elétrica.

Em outra frente, o BRDE também financia projetos estruturados por PPPs, como foi o caso do novo hospital de Pinhais, Paraná. O investimento de R\$ 124 milhões será realizado pela empresa vencedora do processo licitatório, sendo R\$ 62 milhões financiados pelo BRDE com recursos captados junto à AFD. O hospital, com foco no atendimento neonatal contará com 90 leitos, sendo 20 deles de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), dos quais metade será para adultos e a outra metade para o cuidado com recém-nascidos. O atendimento do hospital será integralmente para os pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

### **Estado do Paraná e BRDE lançam programa para financiar municípios**

O Governo do Estado do Paraná e o BRDE lançaram o Programa Paraná Pró-Cidades, que conta com o financiamento de R\$ 500 milhões para 27 municípios com mais de 80 mil habitantes, para atender diversas demandas. Os recursos serão viabilizados pelo BRDE através de suas captações junto aos parceiros nacionais e internacionais. O valor será destinado para ações voltadas à energia renovável, eficiência energética, água e saneamento, saúde, educação, mobilidade urbana, cidades sustentáveis, gestão de resíduos sólidos, turismo, patrimônio cultural, estudos de viabilidade e projetos executivos, entre outros tipos de projetos.

## Fundo Setorial do Audiovisual (FSA)

O BRDE é agente financeiro do Fundo Setorial do Audiovisual – FSA desde 2012. O Fundo é gerenciado pela Agência Nacional de Cinema – Ancine, e destina-se ao desenvolvimento de toda a cadeia produtiva da atividade audiovisual no Brasil, via utilização de diferentes instrumentos financeiros, tais como investimentos, financiamentos, operações de apoio e de equalização de encargos financeiros. Nesse semestre, o BRDE operacionalizou 156 contratos que totalizaram R\$ 182,9 milhões, dos quais R\$ 136,5 milhões de investimento e R\$ 46,4 milhões em financiamento.

## Estiagem

Após a severa estiagem ocorrida no início de 2022 na Região Sul do País, o Rio Grande do Sul enfrentou mais um evento desse tipo no início de 2023. Novamente, o BRDE foi solidário com os produtores rurais possibilitando o refinanciamento dos seus contratos. No primeiro semestre, foram contemplados 16 contratos nos programas dedicados aos refinanciamentos agrícolas, com valor total de R\$ 3,1 milhões.

## CODESUL/BRDE - Visão Regional 2040

O Projeto CODESUL/BRDE – Visão Regional 2040, estabelecido pelo Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul – CODESUL, constituído pelos governadores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, tem como intuito obter um diagnóstico regional, identificando as agendas que cada governo deve promover para melhorar a qualidade de vida e potencializar o desenvolvimento da região.

A consultoria contratada no processo licitatório, liderada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), iniciou os estudos que embasarão as estratégias de atuação regional, com olhar no desenvolvimento econômico e social.

Esses documentos formarão a base do “Visão Regional 2040”, que contemplará diretrizes e eixos prioritários, assim como indicadores, metas e propostas para sua implantação.

## Gerenciamento de Riscos

O BRDE, em atendimento às disposições da Resolução CMN nº 4.557/2017 e de regulamentação complementar, possui estrutura de gerenciamento de riscos segregada das demais unidades de negócio. A Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* (SURIS) é a responsável pela elaboração e revisão das políticas e dos relatórios de gerenciamento de riscos, sendo as suas aprovações de responsabilidade do Conselho de Administração, após apreciação da Diretoria, que o faz com base nas recomendações dos Comitês de Risco e de Gestão. O relatório que define a estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site do Banco ([www.brde.com.br](http://www.brde.com.br)).

Em atendimento à Resolução BCB nº 54/2020, o BRDE apresenta seu Relatório de Divulgação de Informações de Risco, reunindo um conjunto abrangente de informações a respeito da sua gestão de risco e de capital. Ao proporcionar às partes interessadas amplo acesso às informações sobre os riscos e gestão, o BRDE busca atender às recomendações do Comitê de Basileia de Supervisão Bancária (Relatório de Pilar 3 – Disciplina de Mercado) em relação à

transparência, favorecimento da disciplina de mercado e redução de assimetria de informações. O relatório de Pilar 3 é encontrado na seguinte seção do site do BRDE: <https://www.brde.com.br/gestao-de-riscos/>. Está disponível também em forma de dados abertos segundo as especificações estabelecidas pelo BACEN em: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/pilar3>.

### **Agradecimentos**

Os resultados apresentados à sociedade nesse relatório não seriam possíveis sem os esforços conjuntos com os estados-controladores e representantes da sociedade civil. Nesse contexto, a Diretoria agradece aos clientes pela decisão de contar com o apoio oferecido pelo BRDE, aos repassadores de recursos pela contínua e crescente parceria no processo de desenvolvimento, aos Governos dos Estados-Controladores, ao Conselho de Administração, aos Comitês de apoio e aos demais parceiros pela confiança depositada, e agradece, ainda, aos funcionários, reafirmando seu reconhecimento pela colaboração recebida.

Porto Alegre, 30 de junho de 2023.

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>30/06/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>5</b>	<b>50.961</b>	<b>108.573</b>
<b>Instrumentos financeiros</b>		<b>19.544.050</b>	<b>18.834.853</b>
Títulos e valores mobiliários	6	2.920.725	3.167.279
Operações de crédito	7	16.442.954	15.464.679
Outros instrumentos financeiros	8	180.371	202.895
<b>(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b>	<b>9</b>	<b>(271.094)</b>	<b>(310.553)</b>
<b>Outros ativos</b>		<b>142.870</b>	<b>152.540</b>
Rendas a receber		11.213	14.843
Devedores por depósitos em garantia		66.238	64.221
Outros créditos	10	27.740	34.189
Ativos não financeiros mantidos para venda		39.378	40.986
(-) Provisão para redução ao valor recuperável de outros ativos		(1.699)	(1.699)
<b>Créditos tributários</b>	<b>17.2</b>	<b>268.156</b>	<b>258.416</b>
<b>Investimentos</b>		<b>602</b>	<b>602</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>11</b>	<b>40.168</b>	<b>40.304</b>
Imobilizado de uso		73.936	72.686
(-) Depreciação acumulada		(33.768)	(32.382)
<b>Intangível</b>	<b>11</b>	<b>12.159</b>	<b>14.418</b>
Ativos intangíveis		51.147	50.186
(-) Amortização acumulada		(38.988)	(35.768)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>19.787.872</b>	<b>19.099.153</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>30/06/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Depósitos a prazo</b>		<b>20.011</b>	<b>11.832</b>
<b>Instrumentos financeiros</b>		<b>14.518.102</b>	<b>13.891.240</b>
Repasse do país	12.1	13.066.837	12.516.703
Empréstimos e repasses do exterior	12.1	1.444.839	1.368.054
Instrumentos financeiros derivativos	6.2	6.426	6.483
<b>Outras obrigações</b>		<b>715.456</b>	<b>922.911</b>
Fundos financeiros e de desenvolvimento	13	475.962	605.074
Impostos e contribuições sobre o lucro		168.380	239.621
Outros impostos e contribuições		11.976	16.230
Outras obrigações	14	59.138	61.986
<b>Provisões</b>		<b>137.537</b>	<b>127.294</b>
Provisão para garantias financeiras prestadas	15	2.755	4.638
Provisão para contingências	16	99.785	92.185
Provisão para pagamentos a efetuar		34.997	30.471
<b>Obrigações fiscais diferidas</b>	<b>17.2</b>	<b>46.881</b>	<b>48.769</b>
<b>Passivo atuarial</b>	<b>18</b>	<b>297.735</b>	<b>258.802</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>19</b>	<b>4.052.150</b>	<b>3.838.305</b>
Capital social		2.094.339	1.971.507
Reservas de lucro		2.101.415	1.983.628
Outros resultados abrangentes		(143.604)	(116.830)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>19.787.872</b>	<b>19.099.153</b>

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	Nota	30/06/2023	30/06/2022
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>1.066.804</b>	<b>861.037</b>
Operações de crédito	7.5	901.021	715.612
Resultado com títulos e valores mobiliários		165.783	145.425
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(439.483)</b>	<b>(323.057)</b>
Operações de captação		(743)	(1.748)
Operações com empréstimos e repasses	12.2	(450.660)	(325.495)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		14.883	12.787
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.2	(2.963)	(8.601)
<b>Resultado da intermediação financeira</b>		<b>627.321</b>	<b>537.980</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>		<b>31.087</b>	<b>42.068</b>
Receitas de prestação de serviços	20	22.277	21.165
Outras receitas operacionais	21	8.810	20.903
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(198.887)</b>	<b>(180.253)</b>
Despesa com pessoal	22	(109.907)	(96.051)
Outras despesas administrativas	23	(34.571)	(26.888)
Despesas tributárias	24	(30.652)	(27.055)
Outras despesas operacionais	25	(23.757)	(30.259)
<b>Despesas com provisões</b>		<b>(13.445)</b>	<b>(9.700)</b>
Trabalhistas		(2.117)	(3.426)
Cíveis e fiscais		(10.138)	(2.432)
Garantias financeiras prestadas		(1.190)	(3.842)
<b>Resultado operacional</b>		<b>446.076</b>	<b>390.095</b>
Outras receitas e despesas		3.753	3.335
<b>Resultado antes dos tributos e participações</b>		<b>449.829</b>	<b>393.430</b>
<b>Impostos sobre o lucro</b>	<b>17.1</b>	<b>(194.904)</b>	<b>(157.700)</b>
Corrente		(200.349)	(156.011)
Diferido		5.445	(1.689)
<b>Participações no lucro</b>		<b>(14.306)</b>	<b>(15.808)</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>240.619</b>	<b>219.922</b>

Resultado líquido básico por ação (lote de 1000 ações)	0,13	0,12
--	------	------

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	30/06/2023	30/06/2022
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>240.619</b>	<b>219.922</b>
<b>Ativos financeiros disponíveis para a venda</b>	<b>165</b>	<b>(1.497)</b>
Variação do valor de mercado	300	(2.358)
Efeito tributário	(135)	861
<b>Benefício pós-emprego</b>	<b>(26.939)</b>	<b>8.569</b>
Variação do passivo atuarial	(33.257)	9.392
Efeito tributário	6.318	(823)
<b>Total de outros resultados abrangentes</b>	<b>(26.774)</b>	<b>7.072</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>	<b>213.845</b>	<b>226.994</b>

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	Capital Social		Reservas de lucro	Outros	Lucros Acumulados	Total
	Capital social	Aumento de capital	Fundo Regimental	Resultados Abrangentes		
<b>Saldos em 01/01/2022</b>	<b>1.734.924</b>	-	<b>1.770.620</b>	<b>(107.230)</b>	-	<b>3.398.314</b>
Ajuste de títulos disponíveis para venda	-	-	-	(1.497)	-	(1.497)
Ajuste reavaliação benefícios pós emprego	-	-	-	8.569	-	8.569
Aumento de capital (nota 19)	-	107.859	(107.859)	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	219.922	219.922
Constituição de reservas	-	-	219.922	-	(219.922)	-
<b>Saldos em 30/06/2022</b>	<b>1.734.924</b>	<b>107.859</b>	<b>1.882.683</b>	<b>(100.158)</b>	-	<b>3.625.308</b>
<b>Saldos em 01/01/2023</b>	<b>1.971.507</b>	-	<b>1.983.628</b>	<b>(116.830)</b>	-	<b>3.838.305</b>
Ajuste de títulos disponíveis para venda	-	-	-	165	-	165
Ajuste reavaliação benefícios pós emprego	-	-	-	(26.939)	-	(26.939)
Aumento de capital (nota 19)	122.832	-	(122.832)	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	240.619	240.619
Constituição de reservas	-	-	240.619	-	(240.619)	-
<b>Saldos em 30/06/2023</b>	<b>2.094.339</b>	-	<b>2.101.415</b>	<b>(143.604)</b>	-	<b>4.052.150</b>

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	30/06/2023	30/06/2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações</b>	<b>449.829</b>	<b>393.430</b>
<b>Ajustes que não afetam o caixa das atividades operacionais</b>	<b>9.937</b>	<b>(2.997)</b>
Depreciação e amortização	4.635	4.463
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(14.883)	(12.787)
Provisão para garantias financeiras prestadas	(1.883)	(4.498)
Provisão para contingências	10.385	(2.351)
Provisão para perdas esperadas de outros ativos	-	186
Ajustes a valor de mercado – ativos e passivos	5	(172)
Provisão atuarial, líquido de reversões	11.678	12.162
<b>Variação de ativos e passivos</b>	<b>(579.175)</b>	<b>(408.888)</b>
(Aumento)/redução em TVM e instrumentos financeiros derivativos	183.104	(33.558)
(Aumento)/redução em operações de crédito	(1.002.850)	(673.858)
(Aumento)/redução em outros instrumentos financeiros	22.524	(2.736)
(Aumento)/redução de outros ativos	9.670	18.125
Aumento/(redução) das obrigações com empréstimos e repasses	626.733	508.406
Aumento/(redução) de outras obrigações	(142.505)	(10.623)
Aumento/(redução) de provisões e passivos atuariais	(4.261)	(13.668)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(271.590)	(200.976)
<b>Caixa gerado / (utilizado) nas atividades operacionais</b>	<b>(119.409)</b>	<b>(18.455)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aplicação no intangível	(1.285)	(2.314)
Aquisição de imobilizado de uso	(961)	(1.281)
Alienação de imobilizado de uso	6	-
<b>Caixa gerado / (utilizado) nas atividades de investimento</b>	<b>(2.240)</b>	<b>(3.595)</b>
<b>Aumento / (redução) no caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(121.649)</b>	<b>(22.050)</b>
<b>Modificação na posição financeira</b>		
Saldo de caixa e equivalente de caixa no início do semestre	1.074.335	767.527
Saldo de caixa e equivalente de caixa no fim do semestre	952.686	745.477
<b>Aumento / (redução) no caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(121.649)</b>	<b>(22.050)</b>

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	<b>30/06/2023</b>	<b>30/06/2022</b>
<b>Receitas</b>	<b>1.115.343</b>	<b>915.572</b>
Intermediação financeira	1.066.804	861.037
Prestação de serviços	22.277	21.165
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	14.883	12.787
Provisão para garantias financeiras prestadas	1.883	4.498
Outras	9.496	16.085
<b>Despesas</b>	<b>465.086</b>	<b>348.731</b>
Despesas de intermediação financeira	454.366	335.844
Outras	10.720	12.887
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>54.473</b>	<b>45.162</b>
Materiais, energia e outros	48.899	40.811
Serviços de terceiros	5.574	4.351
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>595.784</b>	<b>521.679</b>
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>4.635</b>	<b>4.463</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>591.149</b>	<b>517.216</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>591.149</b>	<b>517.216</b>
<b>Pessoal</b>	<b>93.000</b>	<b>81.002</b>
Remuneração direta	69.016	63.547
Benefícios	18.520	12.466
FGTS	5.464	4.989
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>242.463</b>	<b>199.805</b>
Federais	241.005	198.276
Estaduais	42	44
Municipais	1.416	1.485
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>761</b>	<b>679</b>
Aluguéis	761	679
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>254.925</b>	<b>235.730</b>
Participação no resultado	14.306	15.808
Lucros retidos no exercício	240.619	219.922

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul ("BRDE") é uma instituição financeira pública de capital fechado constituída sob a forma de convênio celebrado entre seus estados controladores: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Como instituição financeira propulsora do desenvolvimento regional, o BRDE tem como finalidade promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social, através do planejamento e do apoio técnico e creditício de longo prazo, tendo como principais atividades:

- I. Empréstimos e financiamentos;
- II. Prestação de garantias;
- III. Investimentos;
- IV. Prestação de serviços;
- V. Convênios de qualquer natureza;
- VI. Outras modalidades compatíveis com a natureza da instituição e autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

Sujeita-se, por ter personalidade jurídica de direito privado, às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere às obrigações trabalhistas, tributárias, cíveis e comerciais definidas no ordenamento jurídico e como instituição financeira sujeita às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

O BRDE tem sua sede localizada na rua Uruguai, 155, Centro, Porto Alegre – RS, e possui 1 agência operacional em cada capital dos estados controladores: Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 Aprovação e moeda funcional das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o Real (R\$) e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

Estas demonstrações financeiras, após apreciação do Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e da Diretoria, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 24 de agosto de 2023.

### 2.2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as regulamentações do BACEN e do CMN, e com base nas disposições da Lei das Sociedades por ações, desde que não sejam conflitantes com as regulamentações emanadas pelos órgãos reguladores.

A apresentação das demonstrações está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro – COSIF e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que foram recepcionados pelos órgãos reguladores.

O Balanço Patrimonial está apresentado por ordem de liquidez e de exigibilidade, para as contas do ativo e do passivo, respectivamente, conforme prerrogativa prevista no art. 23 da Resolução BACEN nº 2/2020, sendo a segregação dos valores em curto e longo prazo apresentada na nota 4.

### **3. PRÁTICAS CONTÁBEIS**

#### **3.1 Apuração do resultado**

É apurado pelo regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério de *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

#### **3.2 Caixas e equivalentes de caixa**

Compreendem os saldos das disponibilidades (saldo das contas correntes no Brasil e no exterior) e títulos, entre todos que compõem a carteira de fundo de investimentos, cujo vencimento seja de curto prazo e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

#### **3.3 Títulos e valores mobiliários**

De acordo com a Circular BACEN n.º 3.068/2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias, a saber:

- Títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para a venda - atualizados com base nas condições intrínsecas em contrapartida ao resultado do período, e ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e
- Títulos mantidos até o vencimento - atualizados com base nas condições intrínsecas, em contrapartida ao resultado do período.

#### **3.4 Instrumentos financeiros derivativos**

Conforme Circular BACEN n.º 3.082/2002 são classificados, na data da sua contratação, como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, de acordo com a intenção da administração. Entre os diversos tipos de instrumentos derivativos, o BRDE opera com a modalidade *swap*.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas pelo seu valor justo, considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo BRDE. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas resultantes das operações pode ser contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo da categoria da contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting* adotada.

Os instrumentos designados para fins de *hedge accounting* podem ser classificados de acordo com sua natureza nas seguintes categorias:

- *Hedge* de risco de mercado: nessa categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*, sendo que os valores dos ganhos e perdas, realizados ou não, registrados em conta de resultado;
- *Hedge* de fluxo de caixa: nessa categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar variações no fluxo de caixa estimado da instituição, sendo que os

valores dos ganhos e perdas, relacionados com a parcela efetiva são reconhecidos, líquidos dos efeitos tributários, em outros resultados abrangentes em conta específica do patrimônio líquido.

A parcela não efetiva do hedge é imediatamente reconhecida no resultado do exercício.

As informações detalhadas das operações envolvidas, suas estratégias, os objetivos da gestão de risco, contemplando a sua efetividade, são documentadas desde o início das operações a fim de evidenciar seus principais elementos envolvidos, quais sejam:

- Objetivo do *hedge*;
- Identificação documental do risco objeto de *hedge* e gerenciamento do risco;
- Classificação e estratégia do *hedge*;
- Procedimentos internos de escrituração;
- Identificação de objeto e instrumento de *hedge*;
- Testes e demonstração da efetividade.

### **3.5 Operações de crédito, outros créditos com características de operações de crédito**

Estão demonstradas ao valor de realização acrescidos, quando aplicáveis, e em base "*pro rata*" dia, dos rendimentos auferidos no período, com base na variação do indexador e da taxa de juros contratada e deduzidas do valor de rendas a apropriar.

A atualização das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Quando contratadas, e de acordo com parâmetros definidos pelo BRDE, as operações de crédito são classificadas em nível de risco, que varia de "AA" (menor risco) a "H" (maior risco). Este risco pode mudar por reavaliações periódicas ou conforme o atraso, obedecendo rigorosamente o estabelecido na Resolução CMN n.º 2.682/1999.

As operações em atraso classificadas no pior nível ("H"), permanecem nesse nível por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas, que não tenham sido transferidas para compensação, são classificadas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam na data da renegociação, enquanto que, as que já estavam em compensação são classificadas em "H". Todavia, em ambos os casos, admite-se a classificação para níveis melhores sempre que houver uma amortização significativa ou ocorrência de fato relevante que justifique a melhora.

### **3.6 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, efetuada com base nos percentuais mínimos estabelecidos nas normas do BACEN, e complementada por provisões adicionais em relação ao mínimo exigido pela regulamentação, é fundamentada na análise de cada operação e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos das carteiras.

### **3.7 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos**

O BRDE revisa periodicamente se há alguma indicação de perda no valor recuperável dos ativos (*impairment*), e, quando identificadas, são reconhecidas no resultado do período

### 3.8 Imobilizado

Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais que levam em consideração a vida útil dos bens:

	Taxas
Imóveis	4% a.a.
Instalações, Equipamentos e Sistemas de Comunicação e Segurança	10% a.a.
Sistemas de processamento de dados e Veículos	20% a.a.

### 3.9 Intangível

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. A entidade avalia, ao fim de cada período de reporte, se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo.

### 3.10 Obrigações por repasses

São demonstradas pelos valores das exigibilidades considerando os encargos e variações monetárias ou cambiais até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata* dia

### 3.11 Impostos e contribuições

A relação dos impostos e contribuições sobre o lucro e sobre o resultado ao qual o BRDE está sujeito a calcular e recolher estão discriminados na nota explicativa 17 bem como as respectivas alíquotas vigentes na data de encerramento deste exercício.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social, apurados nas alíquotas a serem praticadas a partir de 2023, são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na Resolução CMN n.º 4.842/20, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações da instituição, demonstrado na nota 17.2, está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico elaborado e aprovado pela Administração.

### 3.12 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/09.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como praticamente certa a realização do ativo.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das mesmas possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências

são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseados em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados, apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

### **3.13 Passivo atuarial**

O Banco é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, cuja principal finalidade é a de manter planos de aposentadorias e pensões (nota 18). O regime atuarial de apuração do custo e contribuições dos planos é o de capitalização, avaliado semestralmente por atuário independente.

Os ganhos ou perdas atuariais reconhecidas de um determinado período correspondem a aumentos ou reduções no valor presente da obrigação de benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e dos ajustes pela experiência.

Os benefícios pós-emprego são reconhecidos na demonstração do resultado da seguinte forma:

- Custo do serviço corrente: aumento do compromisso do plano (obrigações atuariais) resultante do serviço prestado pelo empregado no período, ou seja, em função da "aquisição" do direito pelo tempo da prestação do serviço por mais um período.
- Custo de juros sobre a obrigação atuarial: definido como o aumento, durante o período, no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo.
- Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido: compreendem ganhos e perdas atuariais, retorno sobre os ativos do plano excluindo valores considerados nos juros líquidos do benefício definido e qualquer mudança no efeito do teto de ativo excluindo os valores considerados nos juros líquidos de benefício definido.

### **3.14 Demais ativos e passivos**

Demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo, quando for aplicável: (i) os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e (ii) os efeitos dos ajustes para reduzir o custo de ativos ou seu valor de mercado ou de realização.

## **4. SEGREGAÇÃO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE**

Em atendimento ao parágrafo único do art. 23 da Resolução BACEN nº 02/2020, apresentamos, para os itens patrimoniais, a segregação circulante e não circulante.

Item patrimonial - ATIVO	30/06/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Disponibilidades	50.961	-	108.573	-
Títulos e valores mobiliários	2.879.608	41.117	3.141.159	26.120
Operações de crédito	2.741.819	13.701.135	2.687.358	12.777.321
Outros instrumentos financeiros	44.176	136.195	45.909	156.986
(-) Provisão perdas esperadas assoc. risco de crédito	(50.822)	(220.272)	(71.378)	(239.175)
Rendas a receber	11.213	-	14.843	-
Devedores por depósitos em garantia	-	66.238	-	64.221
Outros créditos	27.740	-	34.189	-
Ativos não financeiros mantidos para venda	17.715	21.663	17.715	23.271
(-) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros mantidos para venda	(1.015)	(684)	(1.015)	(684)
Créditos tributários	-	268.156	-	258.416
Investimentos	-	602	-	602
Imobilizado	-	40.168	-	40.304
Intangível	-	12.159	-	14.418

Item patrimonial - PASSIVO	30/06/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósitos a prazo	-	20.011	11.832	-
Repasses do país	2.213.488	10.853.349	2.221.964	10.294.739
Empréstimos e repasses do exterior	168.070	1.276.769	140.734	1.227.320
Instrumentos financeiros derivativos	2.971	3.455	2.447	4.036
Fundos financeiros e de desenvolvimento	475.962	-	605.074	-
Impostos e contribuições sobre o lucro	168.380	-	239.621	-
Outros impostos e contribuições	11.976	-	16.230	-
Outras obrigações	59.138	-	61.986	-
Provisão para contingências	-	99.785	-	92.185
Provisão para garantias financeiras prestadas	-	2.755	-	4.638
Provisão para pagamentos a efetuar	34.997	-	30.471	-
Passivo atuarial	-	297.735	-	258.802
Obrigações fiscais diferidas	-	46.881	-	48.769

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidades	50.961	108.573
Cotas de fundos de investimentos (nota 6)	901.725	965.762
<b>Total</b>	<b>952.686</b>	<b>1.074.335</b>

## 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	30/06/2023	31/12/2022
Carteira própria – nota 6.1	1.641.134	1.757.809
Cotas de fundos de investimentos (nota 5)	901.725	965.762
Cotas de fundos de investimentos – recursos do FSA	377.866	443.708
<b>Total</b>	<b>2.920.725</b>	<b>3.167.279</b>

### 6.1 Carteira própria

Apresenta a seguinte composição, sendo que as cotas de fundos de investimentos são classificadas como disponível para venda e não possuem vencimento enquanto as ações de companhias abertas são classificadas como para negociação.

	30/06/2023	31/12/2022
Cotas de fundos de investimento – fundo exclusivo BB (a)	1.163.065	1.312.697
Cotas de fundos de investimento – fundo CEF	435.165	408.621
Cotas de fundos de investimento – outros fundos	1.787	6.244
Cotas de fundos em participações (b)	37.845	27.276
Ações de companhias abertas (c)	3.272	2.971
<b>Total</b>	<b>1.641.134</b>	<b>1.757.809</b>

a) Fundo exclusivo de títulos com perfil de renda fixa, administrado pela BB Administração de Ativos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com base em parâmetros estabelecidos pelo BRDE, onde a meta é obter uma rentabilidade superior a 101% da taxa DI para 86% da carteira e superior a IPCA + 5% para os 14% restantes. Deste montante, R\$ 11.832 (31/12/2022 – R\$ 11.208) estão caucionados a processos judiciais. Avaliados a valor de mercado, a composição do fundo é a seguinte:

	30/06/2023	31/12/2022
Letras financeiras do tesouro nacional	675.576	710.018
Notas do tesouro nacional-B	262.342	301.267
Letras tesouro nacional	224.982	237.916
Letras financeiras bancos	165	63.496
<b>Total do fundo de investimento</b>	<b>1.163.065</b>	<b>1.312.697</b>

b) Representam cotas de fundos em participações ou garantidores, que são administrados por instituições privadas, sendo suas cotas atualizadas pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na data do balanço, apresentando em 30 de junho a seguinte situação:

	<b>Capital (Cotas)</b>		<b>Saldo Contábil</b>
	<b>Subscrito</b>	<b>Integralizado</b>	<b>Atualizado</b>
Fundo Garantidor de Investimentos – FGI	1.900	1.900	3.027
Fundo Criatec III	12.000	11.438	13.632
FIP Anjo Capital Semente	15.000	7.358	8.508
TM3 Capital VC4 FIP Multiestratégia	10.000	7.362	12.678
<b>Total</b>	<b>38.900</b>	<b>28.058</b>	<b>37.845</b>

c) Os efeitos acumulado decorrentes da avaliação da carteira de ações, adquirida ao custo de R\$ 6.068, foram levados à conta específica do patrimônio líquido, deduzidos os efeitos tributários.

O BRDE não possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria de mantidos até o vencimento, bem como não foram realizadas reclassificações ou alterações de classificações entre categorias, por parte da Administração.

## 6.2 Instrumentos derivativos

O BRDE participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap*, registrados em contas patrimoniais e de compensação, tendo por objetivo mitigar os riscos decorrentes das variações cambiais da operação de captação externa (objeto de *hedge*) efetuada pelo BRDE junto às instituições financeiras internacionais.

O vencimento do instrumento derivativo usado nessa modalidade possui mesmo vencimento da operação captada, sendo ambos ajustados ao valor de mercado que é apurado por metodologia interna devidamente documentada e aprovada pela administração.

Para isso o BRDE estabeleceu a contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*, na categoria de risco de mercado e, conforme determina a Circular BACEN n.º 3.082/02, as variações e ajustes decorrentes da valorização destes instrumentos e objetos de *hedge* são registrados em conta de resultado.

A tabela a seguir apresenta os valores lançados em contas patrimoniais e de compensação:

	<b>30/06/2023</b>		
	Valor referencial (conta compensação)	Valor a (pagar)/receber (conta patrimonial)	Efeito líquido (conta de resultado)
<b>Swap - ativo</b>			
(EUR+Euribor+tx) x (R\$+CDI+tx)	19.951	(6.405)	(3.250)

A tabela abaixo apresenta o valor da curva e de mercado do objeto e instrumento de hedge:

	<b>30/06/2023</b>			<b>31/12/2022</b>
	<b>Valor da curva</b>	<b>Ajuste de mercado</b>	<b>Valor de mercado</b>	<b>Valor de mercado</b>
Objeto	19.986	(1.094)	18.892	24.434
Instrumento	5.345	1.060	6.405	6.483

O vencimento do objeto e do instrumento de hedge estão a seguir demonstrados:

	30/06/2023				31/12/2022
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Após 12 meses	Total	Total
Objeto	2.225	6.476	10.191	18.892	24.434
Instrumento	755	2.195	3.455	6.405	6.483

O BRDE realiza testes de efetividade no início da operação, avaliação quanto a estrutura de hedge, revisa periodicamente tal efetividade por ocasião dos encerramentos contábeis na periodicidade mensal e em virtude da elaboração das demonstrações financeiras. A metodologia adotada para os testes de efetividade se baseia no quociente entre o ajuste a valor de mercado do instrumento de hedge e o ajuste a valor de mercado do objeto de hedge, o que permite ao BRDE avaliar a variação de mercado líquida das apropriações (*accruals*) da curva. Assim, em atendimento ao exigido pelo Banco Central do Brasil, no que tange aos resultados e métodos adotados.

A posição das captações externas protegidas por derivativos:

Instituição	Valor Captado <sup>(1)</sup>	Data inicial	Data final	Indexador
BEI	€\$ 6.707	25/02/2021	10/09/2025	EUR + 0,65% a.a.

(1) valores expressos em milhares na moeda captada

Em junho o BRDE contratou um *swap* com prazo de 3 meses, no valor inicial de R\$ 6.750, o qual não houve designação para *hedge accounting*. Em 30/06/2023 o saldo a pagar desse *swap* era de R\$ 21.

## 7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

### 7.1 Composição por tipo de operação e nível de risco

Nível de risco	Empréstimos	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total	
				30/06/2023	31/12/2022
AA	136.562	2.707.892	4.093.011	<b>6.937.465</b>	<b>6.732.545</b>
A	317.770	3.423.662	3.296.829	<b>7.038.261</b>	<b>6.506.327</b>
B	101.955	1.186.111	254.613	<b>1.542.679</b>	<b>1.340.645</b>
C	51.840	366.375	113.847	<b>532.062</b>	<b>466.766</b>
D	11.792	176.202	13.798	<b>201.792</b>	<b>153.107</b>
E	885	13.406	7.004	<b>21.295</b>	<b>54.162</b>
F	1.409	5.467	7.062	<b>13.938</b>	<b>24.053</b>
G	3.541	17.433	2.364	<b>23.338</b>	<b>18.705</b>
H	29.265	81.592	21.267	<b>132.124</b>	<b>168.369</b>
<b>Total – 2023</b>	<b>655.019</b>	<b>7.978.140</b>	<b>7.809.795</b>	<b>16.442.954</b>	-
<b>Total – 2022</b>	<b>788.838</b>	<b>7.235.912</b>	<b>7.439.929</b>	-	<b>15.464.679</b>

## 7.2 Composição por faixa de vencimento das operações

Operações em curso normal											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2023	31/12/2022
<b>Parcelas Vincendas</b>	<b>6.935.239</b>	<b>7.012.128</b>	<b>1.448.796</b>	<b>390.618</b>	<b>153.513</b>	<b>14.185</b>	<b>8.722</b>	<b>19.408</b>	<b>57.010</b>	<b>16.039.619</b>	<b>15.194.015</b>
Até 3 meses	405.580	404.917	71.185	19.333	7.348	644	840	796	1.881	912.524	703.170
De 3 a 12 meses	779.723	758.479	129.804	44.658	15.830	1.996	1.598	1.419	7.939	1.741.446	1.909.912
De 1 a 3 anos	1.957.474	1.929.815	360.734	112.291	46.093	4.567	2.570	5.235	15.196	4.433.975	4.388.661
De 3 a 5 anos	1.507.691	1.491.654	277.012	94.366	34.067	3.380	1.274	4.828	12.390	3.426.662	3.142.472
Acima de 5 anos	2.284.771	2.427.263	610.061	119.970	50.175	3.598	2.440	7.130	19.604	5.525.012	5.049.800
Operações em curso anormal – com atraso superior a 14 dias											
<b>Parcelas Vencidas</b>	<b>59</b>	<b>1.592</b>	<b>3.951</b>	<b>8.606</b>	<b>3.894</b>	<b>992</b>	<b>785</b>	<b>930</b>	<b>8.535</b>	<b>29.344</b>	<b>25.594</b>
<b>Parcelas Vincendas</b>	<b>2.167</b>	<b>24.541</b>	<b>89.932</b>	<b>132.838</b>	<b>44.385</b>	<b>6.118</b>	<b>4.431</b>	<b>3.000</b>	<b>66.579</b>	<b>373.991</b>	<b>245.070</b>
Até 3 meses	133	603	3.057	4.893	2.737	363	392	317	1.487	13.982	11.645
De 3 a 12 meses	332	2.663	10.216	16.770	6.478	1.359	1.215	794	4.696	44.523	37.037
De 1 a 3 anos	994	7.210	27.265	29.273	15.000	2.315	1.544	1.426	10.015	95.042	88.541
De 3 a 5 anos	566	6.697	17.850	22.771	8.647	1.505	820	260	9.107	68.223	50.920
Acima de 5 anos	142	7.368	31.544	59.131	11.523	576	460	203	41.274	152.221	56.927
<b>Total da carteira – 2023</b>	<b>6.937.465</b>	<b>7.038.261</b>	<b>1.542.679</b>	<b>532.062</b>	<b>201.792</b>	<b>21.295</b>	<b>13.938</b>	<b>23.338</b>	<b>132.124</b>	<b>16.442.954</b>	<b>-</b>
Carteira normal – 2022	6.728.834	6.481.559	1.280.646	408.431	111.294	20.799	7.433	15.660	139.359	-	15.194.015
Carteira anormal -2022	3.711	24.768	59.999	58.335	41.813	33.363	16.620	3.045	29.010	-	270.664
<b>Total da carteira – 2022</b>	<b>6.732.545</b>	<b>6.506.327</b>	<b>1.340.645</b>	<b>466.766</b>	<b>153.107</b>	<b>54.162</b>	<b>24.053</b>	<b>18.705</b>	<b>168.369</b>	<b>-</b>	<b>15.464.679</b>

### 7.3 Distribuição por setor de atividade

	30/06/2023	%	31/12/2022	%
Setor Público	843.890	5,13%	787.818	5,09%
Setor Privado	15.599.064	94,87%	14.676.861	94,91%
Agropecuária	4.176.016	25,40%	3.926.425	25,39%
Indústria	4.019.184	24,44%	3.679.532	23,80%
Infraestrutura	3.311.992	20,14%	3.113.431	20,13%
Comércio	2.560.183	15,57%	2.431.699	15,72%
Turismo	355.358	2,16%	334.819	2,17%
Saúde	196.215	1,19%	199.411	1,29%
Intermediação financeira	171.034	1,04%	186.667	1,21%
Alimentação	86.487	0,53%	108.431	0,70%
Educação	83.266	0,51%	85.169	0,55%
Esportes, recreação e lazer	146.093	0,89%	129.934	0,84%
Serviços	493.236	3,00%	481.343	3,11%
<b>Total da carteira</b>	<b>16.442.954</b>		<b>15.464.679</b>	

### 7.4 Concentração por cliente

	30/06/2023	%	31/12/2022	%
Maior cliente	227.271	1,38%	230.804	1,49%
10 seguintes maiores clientes	1.696.328	10,31%	1.573.371	10,17%
20 seguintes maiores clientes	1.946.666	11,84%	1.774.370	11,47%
50 seguintes maiores clientes	2.488.938	15,14%	2.216.894	14,34%
100 seguintes maiores clientes	2.233.999	13,59%	2.126.574	13,75%
Demais clientes	7.849.752	47,74%	7.542.666	48,78%
<b>Total da carteira</b>	<b>16.442.954</b>		<b>15.464.679</b>	

### 7.5 Receita com operações de crédito e repasses interfinanceiros

	30/06/2023	30/06/2022
Empréstimos	53.995	53.277
Financiamentos	477.040	333.489
Financiamentos rurais	273.098	231.991
Financiamento agroindustriais	23.023	23.588
Recuperação créditos baixados em prejuízo	62.139	62.378
Repasses interfinanceiros	10.137	10.620
Outras	1.589	269
<b>Total da carteira</b>	<b>901.021</b>	<b>715.612</b>

## 8. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	30/06/2023	31/12/2022
Repasses interfinanceiros	110.316	123.821
Avais e fianças honrados	11.415	13.739
Devedores por compra de bens e valores	58.640	65.335
<b>Total da carteira</b>	<b>180.371</b>	<b>202.895</b>

## 9. PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

### 9.1 Composição da provisão

Nível de Risco	Provisão para perdas esperadas sobre:				Provisão total	
	Operações Crédito		Repasse	Outros	30/06/2023	31/12/2022
	Regulamentar	Adicional	Interfinanceiros	Créditos <sup>1</sup>		
A	35.191	-	523	81	<b>35.795</b>	<b>33.200</b>
B	15.427	-	-	1	<b>15.428</b>	<b>13.408</b>
C	15.962	-	-	2	<b>15.964</b>	<b>14.003</b>
D	20.179	10.090	-	1.712	<b>31.981</b>	<b>24.188</b>
E	6.388	2.130	-	54	<b>8.572</b>	<b>23.926</b>
F	6.969	2.090	-	-	<b>9.059</b>	<b>15.690</b>
G	16.337	5.834	-	-	<b>22.171</b>	<b>17.769</b>
H	132.124	-	-	-	<b>132.124</b>	<b>168.369</b>
<b>Total - 2023</b>	<b>248.577</b>	<b>20.144</b>	<b>523</b>	<b>1.850</b>	<b>271.094</b>	-
<b>Total - 2022</b>	<b>284.988</b>	<b>21.355</b>	<b>584</b>	<b>3.626</b>	-	<b>310.553</b>

(1) Créditos com características de concessão de crédito: avais e fianças honrados e devedores por compra de bens e valores

A provisão adicional corresponde ao valor excedente ao mínimo requerido pela Resolução CMN nº. 2.682/99 é constituída dentro de critérios prudenciais estabelecidos pela Administração, em conformidade com a boa prática bancária, no sentido de permitir a absorção de perdas oriundas de circunstanciais aumentos de inadimplência por eventual reversão/mudança do ciclo econômico de setores em que o BRDE opera.

### 9.2 Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2023	31/12/2022
<b>Saldo inicial do semestre/exercício</b>	<b>310.553</b>	<b>346.053</b>
Constituição de provisão por alteração do nível de risco	35.630	99.331
Constituição de provisão por recuperação de crédito	23.235	38.671
Reversão de provisão por alteração do nível de risco	(73.748)	(121.921)
Transferência para compensação	(24.576)	(51.581)
<b>Saldo final do semestre/exercício</b>	<b>271.094</b>	<b>310.553</b>

### 9.3 Renegociação e recuperação de créditos

	30/06/2023	30/06/2022
<b>Montante renegociado no período</b>	<b>53.881</b>	<b>80.562</b>
<b>Montante recuperado:</b>	<b>62.139</b>	<b>62.378</b>
- Por renegociação	23.235	18.580
- Por recebimento	38.904	43.798

### 10. OUTROS CRÉDITOS

	30/06/2023	31/12/2022
Adiantamentos e antecipações salariais	4.356	2.135
Pagamentos a ressarcir	10.997	10.769
Pendências a regularizar	1.293	162
Despesas pagas antecipadamente	10.484	11.803
Créditos específicos	-	8.678
Outros	610	642
<b>Total</b>	<b>27.740</b>	<b>34.189</b>

O saldo de créditos específicos refere-se à remuneração das operações do programa PESA devida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

### 11. IMOBILIZADO e INTANGÍVEL

	Imobilizado					Intangível
	Imóveis	Móveis e Equipamentos	Veículos	Outros	Total	Softwares
<b>Saldo em 31/12 2022</b>	<b>32.833</b>	<b>6.508</b>	<b>839</b>	<b>124</b>	<b>40.304</b>	<b>14.418</b>
Aquisições	277	1.538	-	21	1.836	961
Baixas	(114)	(463)	-	(11)	(588)	-
Depreciação/Amortização	(355)	(874)	(143)	(12)	(1.384)	(3.220)
<b>Saldo em 30/06/2023</b>	<b>32.641</b>	<b>6.709</b>	<b>696</b>	<b>122</b>	<b>40.168</b>	<b>12.159</b>
Custo aquisição acumulado	44.376	25.407	1.762	2.391	73.936	51.147
Depreciação/Amort. acumulada	(11.735)	(18.698)	(1.066)	(2.269)	(33.768)	(38.988)

### 12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

#### 12.1 Obrigações por empréstimos e repasses

Os empréstimos do exterior representam recursos que o BRDE buscou com instituições internacionais com a prioridade de serem utilizados em financiamentos, porém sem a vinculação de mesmo prazo.

As obrigações de repasses do país correspondem a recursos originários de programas oficiais e os repasses do exterior a recursos originários de instituições internacionais, os quais são repassados a mutuários finais. As obrigações por repasses têm vencimentos até o ano 2048, estando sujeitas, na

sua maior parte, a encargos financeiros prefixados, sendo repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas, acrescidos de "del credere".

	30/06/2023			31/12/2022	
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
<b>Do país</b>	<b>2.213.488</b>	<b>6.575.556</b>	<b>4.277.793</b>	<b>13.066.837</b>	<b>12.516.703</b>
BNDES	1.643.371	4.644.615	3.071.455	9.359.441	9.346.744
FINAME	293.063	1.129.161	503.308	1.925.532	1.600.915
FINEP	76.104	282.051	80.940	439.095	333.895
BB	52.466	138.822	97.588	288.876	277.857
CEF	32.106	129.393	347.258	508.757	451.718
FUNGETUR	99.637	243.846	172.932	516.415	493.957
Outros	16.741	7.668	4.312	28.721	11.617
<b>Do exterior</b>	<b>168.070</b>	<b>624.115</b>	<b>652.654</b>	<b>1.444.839</b>	<b>1.368.054</b>
AFD	47.746	276.879	520.659	845.284	815.763
CAF	108.660	280.337	42.773	431.770	426.586
BEI	11.664	66.899	89.222	167.785	125.705
<b>Total – 2023</b>	<b>2.381.558</b>	<b>7.199.671</b>	<b>4.930.447</b>	<b>14.511.676</b>	<b>-</b>
<b>Total – 2022</b>	<b>2.362.698</b>	<b>6.981.957</b>	<b>4.540.102</b>	<b>-</b>	<b>13.884.757</b>

Sobre as operações com o mercado exterior:

AFD – operações de repasse onde os efeitos da variação cambial são repassados ao cliente final;

CAF – as tranches desse contrato são liberadas conforme a necessidade do BRDE, sendo que as mesmas são repassadas em moeda corrente nacional;

BEI – o BRDE possui uma operação de empréstimo, para a qual contratou *swap* (nota 6.2). As demais operações são de repasses onde os efeitos da variação cambial são repassados ao cliente final.

## 12.2 Despesa com empréstimos e repasses

	30/06/2023	30/06/2022
Despesa com repasses do BNDES	293.316	281.510
Despesa com repasses da FINAME	84.391	42.566
Despesa com repasses da FINEP	9.132	7.324
Despesa com repasses do BB	9.076	7.417
Despesa com repasses da CEF	20.374	15.193
Despesa com repasses de outras instituições do país	27.082	24.116
Despesa com empréstimos e repasses do exterior	7.289	(52.631)
<b>Total</b>	<b>450.660</b>	<b>325.495</b>

O saldo da despesa com repasses e com empréstimos do exterior tornou-se credor decorrente da variação cambial positiva ocorrida no 1º semestre de 2022.

### 13. FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

	30/06/2023	31/12/2022
Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) <sup>(1)</sup>	373.786	443.630
Ministério do Turismo – FUNGETUR <sup>(2)</sup>	100.707	139.334
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – FUNCAFÉ <sup>(2)</sup>	1.469	22.110
<b>Total</b>	<b>475.962</b>	<b>605.074</b>

(1) São recursos, geridos pelo BRDE, destinados a toda cadeia produtiva da atividade audiovisual do Brasil.

(2) Corresponde a recursos disponibilizados pelos Ministérios competentes, destinados a operações de financiamento relacionados com a atividade fim

### 14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	30/06/2023	31/12/2022
Participação nos lucros e resultados	14.318	11.519
Honras de fundos garantidores	20.541	19.278
Fornecedores de bens e serviços	11.754	13.021
Valores de mutuários a regularizar <sup>(1)</sup>	9.855	15.002
Pendências a regularizar	355	151
Outras	2.315	3.015
<b>Total</b>	<b>59.138</b>	<b>61.986</b>

(1) os valores aqui classificados referem-se, principalmente, a valores recebidos em adiantamento de renegociações de crédito, pendentes de formalização, e de substituição de garantias contratadas.

### 15. PROVISÃO PARA GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS

A provisão para as operações de garantias financeiras prestadas pelo BRDE é calculada de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, onde o percentual da provisão é definido pelo nível de risco atribuído à operação, resultado de aplicação de metodologias desenvolvidas pela instituição que consideram as características dos clientes, das operações e as garantias oferecidas.

Em 30/06/2023, o montante garantido é R\$ 168.791 (31/12/2022 – R\$ 159.208) e o total de provisão atinge R\$ 2.755 (31/12/2022 – R\$ 4.638). Todas as operações de garantias financeiras prestadas possuem garantia real.

### 16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O montante dos riscos para os quais o BRDE constitui provisão está assim composto:

	31/12/2022	Constituição	Atualização	Baixa por:		30/06/2023
				Reversão	Pagamento	
Trabalhistas	32.925	792	1.325	(1.781)	(2.359)	30.902
Cíveis	59.260	7.615	2.523	(89)	(426)	68.883
<b>Total</b>	<b>92.185</b>	<b>8.407</b>	<b>3.848</b>	<b>(1.870)</b>	<b>(2.785)</b>	<b>99.785</b>

De acordo com a nota 3.12, o montante de provisão trabalhista refere-se ao valor integral das ações classificadas como perda provável. Adicionalmente, existem ações consideradas como de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco no montante de R\$ 117.909 (31/12/2022 - R\$ 113.080), que correspondem em grande parte a lides coletivas de equiparação entre os Planos de Cargos e Salários do BRDE.

As provisões cíveis são referentes aos seguintes fatos:

- R\$ 54.575 (31/12/2022 – R\$ 52.404) referem-se a honorários de sucumbência;
- R\$ 4.952 (31/12/2022 – R\$ 4.755) referem-se a processo movido por mutuário pleiteando indenização; e
- R\$ 9.356 (31/12/2022 – R\$ 2.101) referem-se a embargos interpostos por mutuário contra execução de inadimplência.

Do total da provisão dos processos cíveis, está depositado judicialmente o montante de R\$ 59.960 (31/12/2022 – R\$ 57.909).

Adicionalmente há outras ações cíveis classificadas como perda possível que montam R\$ 3.290 (31/12/2022 – R\$ 3.164).

Durante o exercício de 2017, o BRDE foi autuado pela RFB por excluir da base de cálculo do IRPJ e CSLL as variações monetárias ativas decorrentes de depósitos judiciais de natureza cível. O processo encontra-se em fase administrativa e de acordo com nossos consultores jurídicos, a probabilidade de perda é possível e seu valor é de R\$ 28.665 (31/12/2022 – R\$ 27.407).

## 17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### 17.1 Cálculo do imposto de renda e contribuição social

Demonstração do cálculo de IRPJ e CSLL no período:

	30/06/2023		30/06/2022	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	449.829	449.829	393.430	393.430
Participações no lucro	(14.306)	(14.306)	(15.808)	(15.808)
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>435.523</b>	<b>435.523</b>	<b>377.622</b>	<b>377.622</b>
Adições	59.171	58.822	52.972	52.585
Exclusões	(48.828)	(48.828)	(83.603)	(83.603)
Base de cálculo dos tributos	445.866	445.517	346.991	346.604
Tributos conforme alíquota vigente <sup>(1)</sup>	(111.455)	(89.103)	(86.736)	(69.321)
Incentivos fiscais	209	-	46	-
<b>IR e CSLL corrente</b>	<b>(111.246)</b>	<b>(89.103)</b>	<b>(86.690)</b>	<b>(69.321)</b>
<b>IR e CSLL diferido</b>	<b>3.025</b>	<b>2.420</b>	<b>(1.149)</b>	<b>(540)</b>
<b>Total IR e CSLL registrado no resultado</b>	<b>(108.221)</b>	<b>(86.683)</b>	<b>(87.839)</b>	<b>(69.861)</b>

(1) Imposto de renda – 25%; Contribuição social sobre o lucro líquido – 20%

**17.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos**
**a) Movimentação dos créditos e débitos tributários diferidos**

<b>CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>Constituição</b>	<b>Reversão</b>	<b>30/06/2023</b>
<b>Reflexo no resultado</b>	<b>220.620</b>	<b>40.447</b>	<b>(36.890)</b>	<b>224.177</b>
Créditos baixados em prejuízo	25.893	9.421	(1.194)	34.120
Provisão para perdas com operações de crédito	124.498	16.073	(29.323)	111.248
Provisão para garantias financeiras prestadas	2.087	306	(1.154)	1.239
Provisão para contingências	41.483	4.698	(1.278)	44.903
Provisão para perdas de outros créditos	1.630	9	(807)	832
Provisão para perdas com operações de repasses	263	36	(64)	235
Provisão para desvalorização de outros bens	765	-	-	765
Provisão para assistência médica	23.541	3.452	(3.070)	23.923
Provisão para participação nos lucros	-	6.438	-	6.438
Licença prêmio em aquisição	154	14	-	168
Insuficiência de depreciação	306	-	-	306
<b>Reflexo no patrimônio líquido</b>	<b>37.796</b>	<b>6.318</b>	<b>(135)</b>	<b>43.979</b>
Provisão para assistência médica	35.236	5.244	-	40.480
Ajuste ao valor de mercado de TVM	1.393	-	(135)	1.258
Passivo atuarial PB II	1.167	1.074	-	2.241
<b>Total geral – créditos tributários</b>	<b>258.416</b>	<b>46.765</b>	<b>(37.025)</b>	<b>268.156</b>
<b>DÉBITOS TRIBUTÁRIOS</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>Constituição</b>	<b>Reversão</b>	<b>30/06/2023</b>
Atualização depósitos judiciais	19.441	1.072	-	20.513
Renegociações tributadas por caixa	28.014	1.807	(6.229)	23.592
Recuperação judicial – deferimento	1.314	1.468	(6)	2.776
<b>Total geral – débitos tributários</b>	<b>48.769</b>	<b>4.347</b>	<b>(6.235)</b>	<b>46.881</b>

**b) Expectativa de realização dos créditos e débitos tributários**

<b>Ano de realização</b>	<b>Créditos tributários</b>			<b>Débitos tributários</b>		
	<b>Valor atual</b>	<b>Valor presente</b>	<b>%</b>	<b>Valor atual</b>	<b>Valor presente</b>	<b>%</b>
2023	38.064	36.820	14,2%	1.987	1.922	4,2%
2024	81.681	74.016	30,4%	23.955	21.707	51,1%
2025	30.601	25.975	11,4%	4.028	3.420	8,6%
2026	26.217	20.846	9,8%	2.655	2.111	5,7%
2027	28.098	20.929	10,5%	2.306	1.717	4,9%
2028 a 2032	63.495	39.940	23,7%	7.768	4.966	16,5%
após 2032	-	-	-	4.182	2.105	9,0%
<b>Total</b>	<b>268.156</b>	<b>218.526</b>	<b>100%</b>	<b>46.881</b>	<b>37.948</b>	<b>100%</b>

**c) Créditos tributários diferidos não reconhecidos**

Os créditos e as obrigações foram classificados conforme previsão de realização, sendo que aqueles créditos tributários cuja expectativa de realização está prevista para um período superior a 10 anos, não reconhecidos no balanço de 30 de junho, totalizam R\$ 78.630 (31/12/2022 – R\$ 71.228).

**18. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO**

O Banco oferece planos de benefícios de previdência e programa de assistência à saúde que são classificados como planos de benefícios pós-emprego, conforme Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/2020.

A contabilização dos passivos/ativos pós-emprego e respectivas despesas/receitas relativas aos planos de benefícios pós-emprego é realizada de acordo com o citado Pronunciamento Técnico e com laudo preparado por atuários independentes na data base de 30 de junho de 2023.

**18.1 Característica dos planos de benefícios****18.1.1 – Planos de benefícios de previdência**

O BRDE é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, criada com o objetivo de oferecer aos empregados de seus patrocinadores, o BRDE e a própria Fundação, benefícios suplementares àqueles da Previdência Oficial, em especial suplementação de aposentadoria e pensão. O Banco tem participação na governança do ISBRE por meio de indicação de membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da Fundação.

O ISBRE opera dentro da estrutura regulatória do sistema de previdência complementar fechada, tendo por órgão regulador o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e fiscalizador a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, considerando as normas emitidas por esses órgãos, bem como o disposto na Lei Complementar nº 108/2001 e na Lei Complementar nº 109/2001 e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN para aplicação dos recursos garantidores dos planos. O ISBRE realiza a gestão de dois planos de benefícios de previdência, ambos patrocinados pelo BRDE:

➤ Plano de Benefícios I (PB I): estruturado na modalidade de Benefício Definido, em que o nível dos benefícios concedidos pelo Plano é determinado previamente e em função do salário do participante na fase de atividade, encontra-se fechado para novas adesões. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de inatividade, sendo que, os participantes ainda em atividade já preencheram, em sua maioria, os requisitos necessários para elegibilidade ao início de aposentadoria pelo Plano.

O PB I expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros. O PB I se encontra em situação superavitária, apurada conforme regras locais emitidas pelo CNPC e pela PREVIC, sendo os recursos superavitários alocados integralmente em Reserva de Contingência, para garantia dos benefícios. Portanto, conclui-se que não há, no momento, benefícios econômicos disponíveis para o Banco, conforme definição do CPC 33 (R1), resultando na adoção de um Teto do Ativo de R\$ 0 (zero reais).

Em 30/06/2023, o Banco figura como patrocinador de 53 participantes ativos (31/12/2022 - 53), 382 aposentados (31/12/2022 - 385) e 100 pensionistas (31/12/2021 - 98).

➤ Plano de Benefícios II (PB II): implementado no primeiro semestre de 2002, estruturado na modalidade de Contribuição Variável, no qual os benefícios programados de renda vitalícia são determinados na data da concessão do benefício a partir do montante capitalizado das contribuições do BRDE e dos participantes em saldos de conta individuais. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de atividade.

O PB II expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros, ainda que em menor grau do que o PB I, em decorrência da sua estrutura na modalidade de Contribuição Variável, em que durante o período de atividade as contribuições são alocadas em contas individuais e há apenas riscos decorrentes da probabilidade de falecimento ou invalidez dos participantes.

Em 30/06/2023, o Banco figura como patrocinador de 351 participantes ativos (31/12/2022 - 351), 6 aposentados (31/12/2022 - 6) e 17 pensionistas (31/12/2022 - 17).

Devido às disposições contidas no parágrafo 3º do art. 202 da Constituição Federal, o BRDE encontra-se limitado a realizar contribuições ao ISBRE de, no máximo, mesmo valor das contribuições efetuadas pelos participantes. No PB I, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores, mesmo inativos. No PB II, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores até um nível pré-determinado, observado o Regulamento e o plano de custeio anual. Não é prevista contribuição normal para os assistidos do Plano de Benefícios II.

Como parte da gestão dos planos de benefícios de previdência, o ISBRE implementa estratégias de confrontação de ativos/passivos por meio da realização anual de estudos de *Asset and Liability Management* – ALM, bem como procede estudos de aderência periódicos das tábuas atuariais utilizadas nas projeções de fluxos de caixa com pagamento futuro de benefícios.

### **18.1.2 – Programa de assistência à saúde - PAS**

O BRDE oferece aos seus funcionários aposentados, integrantes do Regulamento de Pessoal I, assim como a seus respectivos dependentes, a exemplo dos funcionários ativos, Programa de Assistência à Saúde (PAS) com ressarcimento parcial de despesas médicas. O PAS é operacionalizado por meio de seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S/A, na modalidade Ambulatorial e Hospitalar, com abrangência nacional. São também beneficiários do PAS os ex-funcionários que recebem complementação de aposentadoria pelo PB I do ISBRE, e seus respectivos dependentes, bem como os dependentes de funcionários falecidos, tendo por reflexo a necessidade de reconhecimento de passivo pós-emprego pelo BRDE, registrado na rubrica “Outras Obrigações – Diversas”.

O PAS é estruturado na modalidade de pós-pagamento, oferecendo cobertura vitalícia de assistência à saúde para os segurados, que também sejam assistidos do ISBRE, e seus dependentes. Portanto, o Programa expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência da cobertura vitalícia, de taxa de juros e de elevação dos custos médicos.

Em 30/06/2023, o total de beneficiários com cobertura de pós-emprego é de 838 (31/12/2022 - 839).

## 18.2 Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido

### 18.2.1 – Passivo (ativo) de benefício definido

	30/06/2023			31/12/2022		
	PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Valor presente das obrigações atuariais	924.353	31.783	295.824	863.959	27.519	258.695
Valor justo dos ativos do plano	(1.145.115)	(29.872)	-	(1.096.242)	(27.412)	-
<b>Déficit (superávit) apurado</b>	<b>(220.762)</b>	<b>1.911</b>	<b>295.824</b>	<b>(232.283)</b>	<b>107</b>	<b>258.695</b>
Efeito no teto do ativo	220.762	-	-	232.283	-	-
<b>Passivo (ativo) atuarial líquido</b>	<b>-</b>	<b>1.911</b>	<b>295.824</b>	<b>-</b>	<b>107</b>	<b>258.695</b>

### 18.2.2 – Conciliação do valor presente das obrigações atuariais

	30/06/2023			31/12/2022		
	PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Obrigações atuariais no início do período	863.959	27.519	258.696	891.868	24.328	236.420
Custo do serviço corrente líquido	22	492	190	53	946	383
Contribuições de participantes realizadas no período	448	-	-	866	-	-
Despesa de juros	48.403	1.586	14.816	93.275	2.806	25.393
Benefícios pagos no período	(39.602)	(624)	(8.749)	(74.023)	(1.451)	(18.179)
(Ganhos)/perdas – mudanças nas premissas demográficas	-	-	-	9.191	(740)	6.393
(Ganhos)/perdas – mudanças nas premissas financeiras	59.526	3.242	26.509	(60.596)	(2.579)	(334)
(Ganhos)/perdas – ajustes pela experiência	(8.403)	(432)	4.362	3.325	4.209	8.619
<b>Obrigações atuariais no fim do período</b>	<b>924.353</b>	<b>31.783</b>	<b>295.824</b>	<b>863.959</b>	<b>27.519</b>	<b>258.695</b>

### 18.2.3 – Conciliação do valor justo dos ativos

	30/06/2023		31/12/2022	
	PB I	PB II	PB I	PB II
Valor justo dos ativos no início do período	(1.096.242)	(27.412)	(1.062.637)	(23.448)
Benefícios pagos no período	39.602	624	74.023	1.451
Contribuições de participante realizadas no período	(448)	-	(866)	-
Contribuições do empregador realizadas no período	(4.908)	(1.025)	(9.322)	(2.123)
Receita de juros	(62.268)	(1.635)	(114.729)	(2.819)
Retorno sobre ativos abaixo (acima) da receita de juros	(20.851)	(424)	17.289	(473)
<b>Valor justo dos ativos no fim do período</b>	<b>1.145.115</b>	<b>(29.872)</b>	<b>(1.096.242)</b>	<b>(27.412)</b>

**18.2.4 – Conciliação do efeito do teto de ativo (*asset ceiling*)**

	PB I		PB II	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Efeito do teto de ativo no início do período	232.283	170.769	-	-
Despesa de juros	13.616	21.004	-	-
Mudanças no efeito do teto do ativo	(25.137)	40.510	-	-
<b>Efeito no teto de ativo no fim do período</b>	<b>220.762</b>	<b>232.283</b>	-	-

**18.3 Reconhecimento dos custos de benefício definido**

Conforme item 120 do CPC 33(R1), o BRDE deve reconhecer o custo do serviço e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) atuarial no resultado e as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) em outros resultados abrangentes.

A tabela a seguir apresenta o reconhecimento dos componentes de custo de benefício definido em resultado e em outros resultados abrangentes, bem como a reconciliação do passivo (ativo) atuarial líquido.

	30/06/2023			31/12/2022		
	PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
<b>Passivo (ativo) atuarial líquido no início do período</b>	-	107	258.696	-	880	236.420
Custo do serviço corrente líquido	22	492	190	53	946	383
Despesa de juros – valor presente das obrigações atuariais	48.403	1.586	14.816	93.275	2.806	25.393
Despesa de juros – efeito do teto de ativo	13.616	-	-	21.004	-	-
Receita de juros – valor justo dos ativos	(62.268)	(1.635)	-	(114.729)	(2.819)	-
<b>Despesa (receita) reconhecida no resultado</b>	<b>(227)</b>	<b>443</b>	<b>15.006</b>	<b>(397)</b>	<b>933</b>	<b>25.776</b>
(Ganhos)/perdas no valor presente das obrigações atuariais	51.123	2.810	30.871	(48.080)	890	14.678
Mudanças no efeito do teto do ativo	(25.137)	-	-	40.510	-	-
Retorno sobre os ativos abaixo (acima) da receita de juros	(20.851)	(424)	-	17.289	(473)	-
<b>Remensurações em outros resultados abrangentes</b>	<b>5.135</b>	<b>2.386</b>	<b>30.871</b>	<b>9.719</b>	<b>417</b>	<b>14.678</b>
Contribuições do banco no período	(4.908)	(1.025)	(8.749)	(9.322)	(2.123)	(18.179)
<b>Passivo (ativo) atuarial líquido no fim do período</b>	-	<b>1.911</b>	<b>295.824</b>	-	<b>107</b>	<b>258.695</b>

#### 18.4 Composição do valor justo dos ativos

Os planos PB I e PB II mantêm ativos que são utilizados para cobertura total ou parcial das obrigações atuariais. O quadro abaixo apresenta a composição da carteira de investimentos dos planos em classes conforme a natureza e risco desses ativos.

	Plano de Benefícios I		Plano de Benefícios II	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Caixa e equivalente	0,00%	0,00%	0,01%	0,03%
Renda fixa	82,62%	80,70%	73,50%	71,72%
Renda variável	3,78%	3,97%	7,31%	8,37%
Imobiliário	0,64%	0,66%	0,13%	0,14%
Estruturado	8,98%	8,78%	13,85%	14,14%
Carteira de empréstimos	0,43%	0,41%	1,62%	1,70%
Outros	3,55%	5,48%	3,59%	3,90%

#### 18.5 Premissas atuariais

A apuração da obrigação do Banco com os planos de benefícios pós-emprego requer a adoção de estimativas e premissas atuariais e financeiras de longo prazo, bem como a aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Portanto, a utilização de estimativas e premissas pode resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, ocasionando impactos, negativos ou positivos, às operações do Banco.

As taxas de desconto, em termos reais, foram apuradas considerando a interpolação das taxas de referência do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, conforme a *duration* de cada plano de benefícios pós-emprego: 8,04 anos para o PB I, 14,98 anos para o PB II e 12,79 anos para o PAS.

O quadro a seguir apresenta as premissas atuariais utilizadas para determinar o valor presente da obrigação atuarial.

	PB I		PB II		PAS	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Taxa de desconto atuarial (real)	5,24%	6,09%	5,45%	6,19%	5,46%	6,21%
Retorno real esperado sobre os ativos	5,24%	6,09%	5,45%	6,19%	5,46%	6,21%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	3,70%	3,70%	3,70%	3,70%	NA	NA
HCCTR ("inflação médica")	N/A	N/A	N/A	N/A	4,10%	4,10%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,20%	98,20%	100%	100%	98,20%	100%
Fator de capacidade sobre os salários	98,20%	98,20%	100%	100%	98,20%	100%
Inflação esperada	4,22%	5,31%	4,22%	5,31%	4,22%	5,31%
Taxa de desconto nominal	9,68%	11,72%	9,90%	11,83%	9,91%	11,85%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	9,68%	11,72%	9,90%	11,83%	9,91%	11,85%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	8,08%	9,21%	8,08%	9,21%	NA	N/A
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	4,22%	5,31%	4,22%	5,31%	4,22%	5,31%
Mortalidade geral	AT 2012 segregada por sexo					
Mortalidade dos inválidos	MI 85, segregada por sexo					
Entrada de invalidez	Álvaro Vindas					
Taxa anual de rotatividade	Nula					
Entrada na aposentadoria	100% na elegibilidade		100% na elegibilidade ao benefício programado		60 anos	
Composição familiar	Família média. Para pensionistas, família efetiva, conforme cadastro		Família média. Para pensionistas, família efetiva, conforme cadastro		Família efetiva (conforme informações cadastrais)	
<i>Aging fator</i>	N/A	N/A	N/A	N/A	Até 24 anos: 1,5% De 25 a 54 anos: 2,5% De 55 a 79 anos: 4,5% 80 anos ou mais: 2,5%	
<i>Take up</i>	N/A	N/A	N/A	N/A	100%	100%
Taxa de desistência após concessão do benefício	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

### 18.5.1 – Análise de sensibilidade das premissas atuariais

A tabela abaixo apresenta análise de sensibilidade das premissas atuariais significativas, em relação ao efeito no valor presente da obrigação atuarial no caso de alteração de premissa, considerando variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

Premissa	Análise de Sensibilidade	Impacto R\$ mil			Impacto %		
		PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Taxa de desconto	aumento de 0,5 p.p	(35.874)	(2.249)	(18.168)	(3,88%)	(7,08%)	(6,14%)
	redução de 0,5 p.p	38.548	2.523	20.462	4,17%	7,94%	6,92%
Expectativa de vida	aumento de 1 ano	24.287	(139)	14.657	2,63%	(0,44%)	4,95%
	redução de 1 ano	(24.662)	167	(14.431)	(2,67%)	0,53%	(4,88%)
HCCTR	aumento de 0,5 p.p	-	-	21.400	-	-	7,23%
	redução de 0,5 p.p	-	-	(19.142)	-	-	(6,47%)

## 18.6 Fluxos de caixa futuros

### 18.6.1 – Fluxo de caixa ocorrido no período e esperado para o próximo período

	PB I		PB II		PAS	
	Ocorrido	Esperado	Ocorrido	Esperado	Ocorrido	Esperado
	6-2023	12-2023	6-2023	12-2023	6-2023	12-2023
Contribuições do empregado	4.908	4.559	1.025	1.013	8.749	7.980
Contribuições do participante	448	13	-	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	39.602	41.433	624	632	8.749	7.980

### 18.6.2 – Perfil de vencimento da obrigação atuarial

Os montantes apresentados na tabela abaixo, em R\$ milhões, representam a expectativa de pagamento de benefícios pelos planos de benefícios de previdência e, no caso do PAS, dispêndio de caixa pelo Banco para cobertura das obrigações.

	Plano de Benefícios I	Plano de Benefícios II	PAS
Próximos 5 anos	410	8	75
Entre 6 e 10 aos	368	13	68
Após 10 anos	758	125	153

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, subscrito e integralizado, é composto de 2.094.339.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 cada ação e está dividido em parcelas iguais entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estas parcelas são integralizadas mediante incorporação de eventuais contribuições financeiras e dos resultados gerados em cada estado participante, que são apurados e controlados separadamente. Nesse semestre houve aumento de capital no valor de R\$ 122.832, oriundo da capitalização do resultado do 2º semestre de 2022.

## 20. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	<b>30/06/2023</b>	<b>30/06/2022</b>
Tarifa de análise	6.495	4.989
Tarifa de fiscalização e acompanhamento	7.255	5.798
Tarifa de cadastro	1.117	1.079
Tarifa de alteração ou estruturação garantias	275	186
Tarifa de elaboração de parecer, laudo ou estudo técnico	743	595
Tarifa sobre liquidação antecipada	784	365
Tarifa de prestação de garantias financeiras	2.426	2.891
Remuneração administração do FSA	1.051	4.560
Outras tarifas	2.131	702
<b>Total</b>	<b>22.277</b>	<b>21.165</b>

## 21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<b>30/06/2023</b>	<b>30/06/2022</b>
Reversão da provisão sobre garantias prestadas	3.073	8.340
Reversão da provisão de processos trabalhistas	1.781	1.111
Reversão da provisão de outros processos	89	7.098
Atualização de depósitos judiciais	2.597	2.269
Outras	1.270	2.085
<b>Total</b>	<b>8.810</b>	<b>20.903</b>

## 22. DESPESAS COM PESSOAL

	<b>30/06/2023</b>	<b>30/06/2022</b>
Remuneração	64.638	59.233
Encargos sociais	31.075	27.595
Benefícios	9.602	4.727
Honorários	2.873	3.148
Outras despesas	1.719	1.348
<b>Total</b>	<b>109.907</b>	<b>96.051</b>

**23. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	<b>30/06/2023</b>	<b>30/06/2022</b>
Aluguel, condomínio, água e luz	1.830	1.911
Comunicações	800	681
Manutenção e conservação de bens	2.122	2.176
Processamento de dados	8.524	5.236
Promoções e relações públicas	1.611	909
Publicidade e propaganda	818	634
Serviços do sistema financeiro	889	665
Serviços de terceiros	1.685	1.050
Serviços técnicos especializados	2.501	2.177
Vigilância e segurança	599	519
Transporte e viagem	2.960	1.695
Emolumentos judiciais e cartorários	958	827
Depreciação e amortização	4.635	4.463
Despesas estatutárias	2.605	2.351
Outras despesas administrativas	2.034	1.594
<b>Total</b>	<b>34.571</b>	<b>26.888</b>

**24 DESPESAS TRIBUTÁRIAS**

	<b>30/06/2023</b>	<b>30/06/2022</b>
PIS	3.755	3.448
COFINS	23.105	21.216
ISS	1.015	974
Outros	2.777	1.417
<b>Total</b>	<b>30.652</b>	<b>27.055</b>

**25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

	<b>30/06/2023</b>	<b>30/06/2022</b>
Obrigações com fundos financeiros e de desenvolvimento	10.632	11.388
Fiança honrada para cliente em prejuízo	-	2.727
Juros e serviços sobre obrigações atuariais	12.259	12.581
Outras despesas	866	3.563
<b>Total</b>	<b>23.757</b>	<b>30.259</b>

**26. RESULTADO NÃO RECORRENTE**

De acordo com os parâmetros estabelecidos no parágrafo 4º do artigo 34 da Resolução BCB n.º 02/2020, o BRDE considera resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No primeiro semestre de 2023 e 2022, não ocorreram eventos tratados como não recorrentes.

## 27. PARTES RELACIONADAS

### a) Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE

O BRDE aluga salas de propriedade da Fundação ISBRE para uso das suas atividades operacionais. As despesas com o referido aluguel estão registradas em outras despesas administrativas.

A Fundação reembolsa todas as despesas com remuneração e encargos que o BRDE tem com os funcionários cedidos que desempenham funções de diretoria no ISBRE.

O Banco paga à Fundação contribuições mensais na função de patrocinador dos planos de benefício e registra no resultado em despesas com pessoal.

A seguir apresentamos as receitas e despesas incorridas com o ISBRE:

	30/06/2023	30/06/2022
Locação de salas	(426)	(381)
Ressarcimento de salários	577	534
Contribuição patronal	(8.683)	(7.954)
<b>Total</b>	<b>(8.532)</b>	<b>(7.801)</b>

### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

São partes relacionadas as pessoas físicas integrantes do Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e da Diretoria, assim considerados como pessoal-chave da Administração, que receberam nos semestres findos os seguintes valores constituídos de remuneração, encargos e benefícios:

	30/06/2023	30/06/2022
<b>Benefícios de curto prazo</b>	<b>3.619</b>	<b>4.058</b>
Diretoria	3.251	3.894
Conselho de Administração	168	133
Conselho Fiscal	100	
Comitê de Auditoria	100	31
<b>Benefícios de rescisão de contrato de trabalho</b>	<b>208</b>	-
<b>Total</b>	<b>3.827</b>	<b>4.058</b>

### c) Agência de Fomento da Paraná S/A – FOMENTO PR

No 1º semestre de 2021, o BRDE concedeu empréstimo, em condições similares aos demais clientes do BRDE, a Agência de Fomento do Paraná (FOMENTO PR), cujo controlador é o Estado do Paraná, um dos sócios do BRDE, sendo que o saldo em 30/06/2023 é de R\$ 5.782 (31/12/2022 – R\$ 7.069).

## 28. GERENCIAMENTO DE RISCO, GESTÃO DE CAPITAL E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O gerenciamento de riscos do BRDE é desenvolvido em conformidade com as provisões da Resolução 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional aplicáveis às instituições financeiras enquadradas no segmento S3 e com normativos internos baseados em objetivos e políticas estabelecidos pelo Conselho de Administração, conforme consolidado na RAS – Declaração de Apetite por Riscos do BRDE.

Para alcançar seus objetivos estratégicos, o BRDE assume riscos de diferentes tipos e naturezas inerentes à prática bancária e para isso define os níveis aceitáveis de riscos que está disposto a incorrer e mantém controles para sua identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação, além de gerenciá-los por meio de processos específicos que enfatizam a integridade, a efetividade, a prudência e a responsabilidade pública.

O BRDE dispõe ainda de políticas, planos, normas e procedimentos que orientam o gerenciamento de riscos, proporcionando uma base normativa uniforme e coerente que assegura uma estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de suas atividades, processos e sistemas e, com a dimensão de sua exposição ao risco. Tais processos estão inseridos na estrutura de gerenciamento de riscos, coordenada por área específica, apartada das unidades de negócio e de suporte, subordinada ao diretor responsável pelo gerenciamento de risco (CRO) e supervisionada por comitê interno específico vinculado ao Conselho de Administração e composto por membros externos à instituição.

O Banco Central do Brasil estabelece que as instituições financeiras possuam um Patrimônio de Referência (PR) suficiente para fazer face aos riscos a que estão expostas, em função das atividades por elas desenvolvidas. Os ativos ponderados por risco (RWA, da sigla em inglês para *Risk Weighted Assets*) são a medida da necessidade de patrimônio mínimo das instituições financeiras para fazer frente aos riscos associados a suas atividades. No período ora reportado, o BRDE cumpriu os requisitos de capital previstos na legislação em vigor.

O BRDE não recebe depósitos à vista ou de poupança, tampouco conta com fundos de natureza fiscal ou parafiscal. Desta forma, seu capital é composto exclusivamente pelo capital social e pelas reservas de lucros e de capital acumuladas. O BRDE mantém ainda plano trienal de contingência de capital, identificando as ações a serem consideradas em possíveis cenários de crise de capital, com a definição da governança necessária para o reestabelecimento dos padrões adequados. Os procedimentos de gestão de capital incluem a análise mensal pela área de gerenciamento de riscos e apreciação periódica pelos comitês de riscos, de gestão e de auditoria, bem como pela Diretoria e Conselho de Administração. O constante monitoramento da adequabilidade de capital, através dos controles supracitados, visa antever a possibilidade de ocorrência de eventos de contingência, possibilitando ações corretivas e mitigadoras, de acordo com o Plano de Contingência de Capital.

## **29. CAPITAL REGULAMENTAR E EXIGÊNCIA DE CAPITAL**

De acordo com os critérios estabelecidos nas Resoluções CMN nº 4.955 e 4.958/2021, e demais normas complementares, apresentamos os valores do Patrimônio de Referência, dos Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Basileia, na data de 31 de dezembro.

	30/06/2023	30/06/2022
<b>Patrimônio de Referência</b>	<b>4.039.991</b>	<b>3.608.843</b>
Total de ativos ponderados por risco (RWA)	19.704.574	17.784.774
Risco de Crédito - RWACPAD	18.327.433	16.507.390
Risco de Mercado - RWAMPAD	51.678	83.124
Risco Operacional - RWAOPAD	1.325.463	1.194.260
<b>Índice de Basileia</b>	<b>20,50</b>	<b>20,29</b>

### 30. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Em cumprimento ao art. 35 da Resolução BCB n.º 2/2020 apresentamos 3 cenários para os testes de sensibilidade: um cenário pessimista e dois otimistas. Para definição destes cenários, consideramos o atual momento da economia, a demanda por financiamentos e a projeção dos juros para 2023 e seus efeitos nos principais itens de balanço:

- ➔ Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: cenários de migração considerando o cenário econômico atual e histórico de inadimplência do banco.
- ➔ Resultado da intermediação financeira: considerando a relação entre a disponibilidade de *funding* e a procura por crédito;
- ➔ Receita financeira: os cenários foram definidos mantendo o rendimento do CDI ou apresentando uma variação de 1 ponto percentual para cima ou para baixo;
- ➔ Provisão para contingências: possível aumento visto o momento de incertezas que a economia se encontra;
- ➔ Créditos tributários: impacto resultante da movimentação ocorrida nos itens e cenários acima descritos;

O quadro a seguir apresenta os indicadores utilizados em cada cenário e o seu efeito no resultado:

Cenários	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
<b>Item sensibilizado</b>	<b>Qualidade da carteira de crédito – variação da PCLD</b>		
Premissa	Aumento de 5%	Redução de 5%	Aumento de 10%
Efeito no resultado	(13.555)	13.555	(27.109)
<b>Item sensibilizado</b>	<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		
Premissa	Redução de 5%	Aumento de 10%	Aumento de 15%
Efeito no resultado	(31.366)	62.732	94.098
<b>Item sensibilizado</b>	<b>Resultado de receita financeira</b>		
Premissa	CDI -1%a.a.	CDI	CDI +1%a.a.
Efeito no resultado	136.778	147.156	157.486
<b>Item sensibilizado</b>	<b>Aumento da provisão para contingências</b>		
Premissa	Redução de 5%	Aumento de 5%	Aumento de 10%
Efeito no resultado	4.989	(4.989)	9.979
<b>Item sensibilizado</b>	<b>Impacto nos créditos tributários</b>		
Premissa	Aumento de 5%	Redução de 5%	Redução de 10%
Efeito no resultado	7.808	(7.808)	(15.615)

**31. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO CMN nº 4.966/2021**

Em cumprimento do disposto na Resolução CMN nº 4.966/2021, art. 76, §2º, inciso II, apresentamos as etapas do Plano de Implementação da Regulamentação Contábil, aprovadas pelo Conselho de Administração, em 29/06/2022:

- Classificação de Ativos e Passivos Financeiros: 30/06/2024
- Reconhecimento e mensuração: adequação ao método de juros efetivos: 31/12/2023
- Reconhecimento e mensuração: *stop-accrual* na apropriação de receitas e encargos: 30/6/2024
- Procedimentos e parâmetros para baixa para prejuízo: 31/12/2023
- Procedimentos e parâmetros para provisão de perdas associadas ao risco de crédito: 30/06/2024
- Contabilidade de *Hedge* - efetividade e estratégia: 31/12/2024

Salientamos, que em caso de emissão de normas complementares à Resolução CMN N° 4.966/21 pelo Banco Central do Brasil, será necessário a revisão do plano de implementação

**DIRETORIA**

Diretor-Presidente

**JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING**

Diretor Vice-Presidente e Diretor de Operações

**RANOLFO VIEIRA JÚNIOR**

Diretor de Planejamento

**LEONARDO MARANHÃO BUSATTO**Diretor de Acompanhamento e Recuperação  
de Créditos**MAURO MARIANI**

Diretor Financeiro

**WILSON BLEY LIPSKI**

Diretor Administrativo

**LUIZ CARLOS BORGES DA SILVEIRA****CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente

**JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING**

Conselheiros

**WAGNER CARLOS AICHNER****JULIANA BALDESSAR WEBER BECKER****LEANDRO RIBEIRO MACIEL****RANOLFO VIEIRA JÚNIOR****LUÍS CARLOS PRANDINI****FABIANO MEASSI**

Contador Geral – CRCRS – 70.237/O-6



**Building a better  
working world**

Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06  
Conjunto A - Bloco A  
1º andar - sala 105  
70316-000 - Brasília - DF - Brasil

Tel: +55 61 2104-0100  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos

Controladores e aos Diretores do

**Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE**

Porto Alegre - RS

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE (Banco) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

#### Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 7 e 9 às demonstrações financeiras, em 30 de junho de 2023, o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 16.442.954 mil, para o qual foram constituídas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 271.094 mil, sendo que durante o ano foram reconhecidas receitas com operações de crédito e reversões de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito nos montantes de R\$ 901.021 mil e R\$ 14.883 mil, respectivamente. A diretoria exerce julgamento para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, bem como considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base na experiência passada, cenário atual e perspectivas futuras.

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) do julgamento da diretoria em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; e (v) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito.

#### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Nossos procedimentos de auditoria abordaram entre outros, o entendimento do processo estabelecido pela diretoria, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) análise de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal e (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, entre outros. Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos à análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos “ratings” atribuídos e indicadores de dias em atraso e envio de cartas de confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados; além do confronto do total da base de dados com os respectivos registros contábeis.

Adicionalmente, procedemos com a avaliação dos critérios prudenciais estabelecidos pela diretoria do Banco para constituição de provisão de perda esperada adicional ao mínimo estabelecido pela Resolução 2.682/99 do CMN, incluindo as análises preparadas pela diretoria do Banco.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria para apuração e registro contábil das operações de crédito e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, assim como as divulgações efetuadas nas notas explicativas nº 7 e 9 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Planos de benefício pós-emprego

O Banco possui passivos atuariais relacionados a planos de benefícios pós-emprego que, conforme mencionado na nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras, compreendem benefícios de previdência e programa de assistência à saúde, totalizando R\$ 297.735 mil, em 30 de junho de 2023. Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: mortalidade geral; entrada em invalidez; custos médicos; crescimento salarial; composição familiar; taxa de desconto e inflação.

#### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Com o suporte de nossos especialistas atuariais procedemos, dentre outros procedimentos, a análise da metodologia e das principais premissas utilizadas pela diretoria na avaliação das obrigações atuariais decorrentes dos planos de benefício pós-emprego, verificamos a exatidão matemática do cálculo das reservas e analisamos a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados nas avaliações. Também fez parte dos procedimentos de auditoria a realização de testes de integridade das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós-emprego nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os planos de benefício pós-emprego, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Recuperabilidade dos créditos tributários

Em 30 de junho de 2023, o Banco mantém registrado ativo fiscal diferido no valor de R\$ 268.156 mil, conforme apresentado em nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras, constituído substancialmente sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes principalmente de perdas com créditos temporariamente indedutíveis e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para contingências e para benefícios pós-emprego.

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria devido a relevância do montante registrado e razoável grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco e do estudo de realização desses ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras.

#### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Dentre outros procedimentos, envolvemos nossos especialistas tributários para validação das bases de cálculo tributáveis e da movimentação do crédito em concordância com a legislação vigente. Ainda analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela diretoria no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como a consistência com as avaliações anteriores, a razoabilidade das premissas utilizadas e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os saldos registrados e os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela diretoria do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### **Outros assuntos**

##### *Demonstração do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria do Banco, e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 24 de agosto de 2023

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, reading 'Renata Zanotta Calçada', is positioned above the printed name.

Renata Zanotta Calçada  
Contadora CRC - RS062793/O-8

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA Período findo em 30.06.2023

### INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria - COAUD é um órgão estatutário do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, constituído em 22 de junho de 2016, com suas atividades definidas pela Lei nº 13.303/2016 e nos termos da Resolução CMN nº 4.910, de 27/05/2021, vigente a partir 01/01/2022. Durante o 1º semestre de 2023, o órgão estatutário reuniu-se três (03) vezes, onde foram exercidas as atribuições regulamentares e analisadas as demonstrações financeiras da data-base de 30.06.2023, sendo examinado e aprovado o Relatório do Comitê de Auditoria relativo às atividades desenvolvidas no período, e o resumo a seguir:

### I - AUDITORIA INTERNA

O Comitê avaliou as atividades da Auditoria Interna, atestando a efetividade e adequação dos procedimentos e do cumprimento de dispositivos legais e normativos internos e externos aplicáveis ao BRDE. Também acompanhou a evolução do atendimento pelas áreas gestoras, das recomendações emitidas pela AUDIN e acompanhamento de órgãos de fiscalização, objetivando a mitigação dos riscos identificados.

### II - SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

O Comitê avaliou as atividades da Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, atestando a efetividade dos sistemas de controle interno da Instituição no cumprimento dos dispositivos legais.

### III - AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê avaliou como satisfatória a qualidade, o detalhamento das informações e serviços prestados pela empresa de auditoria independente sobre as demonstrações financeiras do BRDE e demais relatórios obrigatórios e/ou contratuais. Não tendo sido verificadas situações em que a independência da auditoria externa ficasse comprometida no exercício de suas atribuições.

### IV - SUPERINTENDÊNCIA FINANCEIRA

Em atendimento às atribuições de revisar, previamente à publicação, o Comitê de Auditoria apreciou os seguintes documentos: as Demonstrações Financeiras do BRDE; o Estudo Técnico dos Créditos Tributários Diferidos de imposto de renda e contribuição social; a Mensagem da Diretoria; e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes à data-base de 30 de junho de 2023. Com base nas atividades desenvolvidas, e com o respaldo da auditoria interna, não foi identificado descumprimento das normas, atos ou omissão por parte dos administradores do BRDE que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que coloquem em risco a fidedignidade das informações publicadas, assim como não foram observadas situações nas quais existam divergências significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria. Desta forma, concluímos que as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE estão de acordo com a legislação e com os princípios de contabilidade geralmente aceitos pelo Banco Central. Deste modo, recomendamos a sua aprovação e encaminhamento ao Conselho de Administração.

Porto Alegre, 21 de agosto de 2023.

Alex Mussoi  
Ribeiro

Assinado de forma digital  
por Alex Mussoi Ribeiro  
Dados: 2023.08.23  
14:45:39 -03'00'

**ALEX MUSSOI RIBEIRO**  
Coordenador do Comitê de Auditoria  
Representante do Estado de SC

Lauren de Vargas  
Momback

Assinado de forma digital por  
Lauren de Vargas Momback  
Dados: 2023.08.23 16:01:05  
-03'00'

**LAUREN DE VARGAS MOMBACK**  
Integrante do Comitê de Auditoria  
Representante do Estado do RS

EDERSON JOSE  
PINHEIRO  
COLACO:03475527901

Assinado de forma digital por  
EDERSON JOSE PINHEIRO  
COLACO:03475527901  
Dados: 2023.08.23 17:38:09  
-03'00'

**EDERSON J. PINHEIRO COLAÇO**  
Integrante do Comitê de Auditoria  
Representante do Estado do PR

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na condição de membros do Conselho Fiscal do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, e no exercício das atribuições legais e estatutárias relacionadas, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023. Com base em nossos exames e esclarecimentos prestados pelas áreas técnicas e representantes da Administração no curso do respectivo semestre e no Relatório dos Auditores Independentes, compreendemos que os documentos estão em conformidade com as práticas contábeis que se aplicam ao BRDE, e refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da instituição, opinando por sua aprovação.

Porto Alegre, 23 de agosto de 2023.

CICERO ANTONIO  
EICH:47887931053

Assinado de forma digital por  
CICERO ANTONIO  
EICH:47887931053  
Dados: 2023.08.24 13:12:21 -03'00'

**CÍCERO ANTÔNIO EICH**  
Presidente do Conselho Fiscal  
Representante do PR

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** EDUARDO ROSEMBERG LACHER  
Data: 23/08/2023 17:20:29-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**EDUARDO ROSEMBERG LACHER**  
Conselheiro Fiscal  
Representante do RS

ANDRE LUIZ DE  
REZENDE:0378  
6888710

Assinado de forma digital  
por ANDRE LUIZ DE  
REZENDE:03786888710  
Dados: 2023.08.23  
16:48:29 -03'00'

**ANDRÉ LUIZ DE REZENDE**  
Conselheiro Fiscal  
Representante de SC